

# **Oi S.A. e sociedades controladas**

**Relatório de revisão dos auditores independentes  
sobre as Informações Trimestrais (ITRs)  
trimestre findo em 31 de março de 2016**

# Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao  
Conselho de Administração e Acionistas da  
Oi S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

## Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Oi S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Base para conclusão com ressalva

### Mais valia de ativos e redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia incorporou sua acionista Telemar Participações S.A. (“TmarPart”) em 1º de setembro de 2015. Os ativos da TmarPart incluíam a mais-valia originada na aquisição da Brasil Telecom Participações S.A. (“BrT”, atualmente Oi S.A.), que como permitido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em seu OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-5/N.º 119/2013, foi estornada dos livros da Companhia e recomposta em nível consolidado da TmarPart, até a sua completa amortização em 2025. Embora, não exista norma contábil específica sobre incorporações de entidades sob controle comum nas IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil, interpretações indicam que, na incorporação, a manutenção ou estorno da mais-valia seria uma escolha de prática contábil pela Companhia. No entanto, o posicionamento contido no Ofício CVM é pela sua manutenção nas demonstrações financeiras consolidadas da acionista TmarPart. Conforme

descrito na Nota Explicativa nº 22.c, a Companhia, na incorporação, não incluiu a mais-valia no acervo líquido. Consequentemente, em 31 de março de 2016, os saldos do ativo não circulante e do patrimônio líquido estão apresentados a menor em R\$ 1.198.834 mil (R\$ 1.233.299 mil em 31 de dezembro de 2015), referente ao saldo líquido da mais-valia no montante de R\$ 9.027.768 mil (R\$ 9.079.988 mil em 31 de dezembro de 2015) deduzido da perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) de R\$ 7.211.353 mil (R\$ 7.211.353 mil em 31 de dezembro de 2015) e dos efeitos tributários de R\$ 617.581 mil (R\$ 635.336 mil em 31 de dezembro de 2015). O prejuízo do trimestre findo naquela data está apresentado a menor em R\$ 34.465 mil, referente ao não registro da amortização da mais-valia líquido dos efeitos tributários. A administração da Oi S.A. apresentou uma consulta técnica à CVM sobre a política contábil adotada, a qual está sob análise do regulador.

### **Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Ênfase**

#### **Continuidade operacional**

Sem ressaltar nossa conclusão, chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 e 3.4.3 das informações contábeis intermediárias, que descrevem o plano de ação definido pela administração para equalizar as obrigações financeiras à geração de caixa da Companhia. Essas condições aliadas a eventual não concretização do plano descrito, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade dos negócios da Companhia.

### **Outros assuntos**

#### ***Demonstrações do valor adicionado***

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2016.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel

Contador CRC RJ-087339/O-4

# Oi S.A. e sociedades controladas

## Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.798.876	1.518.584	8.288.499	14.898.063
Aplicações financeiras	8	16.823	18.153	108.551	1.801.720
Instrumentos financeiros derivativos	18	306	103.537	341.555	606.387
Contas a receber	9	1.673.112	2.428.751	8.553.732	8.379.719
Estoques		29.461	34.658	362.854	351.993
Tributos correntes a recuperar	10	79.447	370.076	306.919	915.573
Outros tributos	11	233.597	210.603	978.362	922.986
Depósitos e bloqueios judiciais	12	806.556	887.449	1.174.811	1.258.227
Dividendos e juros sobre o capital próprio	25	891.270	891.270		
Ativo relacionado aos fundos de pensão	23	4.978	700	5.530	753
Despesas antecipadas		61.772	26.046	882.119	293.036
Ativos mantidos para venda	26	5.186.235	5.455.262	7.220.288	7.686.298
Demais ativos		653.578	527.312	979.081	952.254
		<u>16.436.011</u>	<u>12.472.401</u>	<u>29.202.301</u>	<u>38.067.009</u>
<b>Não circulante</b>					
Créditos com partes relacionadas	25	1.933.756	3.353.617		
Aplicações financeiras	8	21.181	20.580	129.639	125.966
Instrumentos financeiros derivativos	18	4.054.030	5.290.136	5.499.987	6.780.316
Tributos diferidos a recuperar	10	6.754.287	6.461.517	9.296.296	8.883.002
Outros tributos	11	200.022	194.696	649.018	659.899
Depósitos e bloqueios judiciais	12	8.645.335	8.426.835	13.484.047	13.119.130
Ativo relacionado aos fundos de pensão	23	122.561	124.289	126.894	129.128
Despesas antecipadas		8.055	7.905	59.137	71.194
Demais ativos		354.476	325.629	224.571	225.310
Investimentos	13	16.833.209	17.144.175	153.729	154.890
Imobilizado	14	5.507.538	5.498.089	25.494.714	25.497.191
Intangível	15	212.013	232.925	3.185.367	3.301.771
		<u>44.646.463</u>	<u>47.080.393</u>	<u>58.303.399</u>	<u>58.947.797</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>61.082.474</u>	<u>59.552.794</u>	<u>87.505.700</u>	<u>97.014.806</u>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>					
Salários, encargos sociais e benefícios		116.294	168.660	645.112	660.415
Fornecedores	16	1.423.381	1.388.520	5.201.887	5.004.833
Empréstimos e financiamentos	17	2.497.068	5.257.349	8.072.438	11.809.598
Débitos com partes relacionadas	17	158.976	245.076		
Instrumentos financeiros derivativos	18	2.381.925	1.890.443	2.650.958	1.988.948
Tributos correntes a recolher	10	59.545	82.009	188.188	339.624
Outros tributos	11	777.725	762.079	1.515.529	1.553.651
Dividendos e juros sobre o capital próprio		28.131	65.663	57.405	96.433
Autorizações e concessões a pagar	19	7.422		975.448	911.930
Programa de refinanciamento fiscal	20	54.040	42.694	90.186	78.432
Provisões	21	575.155	622.213	972.621	1.020.994
Provisões para fundos de pensão	23	164.383	144.337	164.654	144.589
Passivos associados a ativos mantidos para venda	26			596.648	745.000
Demais obrigações		307.534	2.753.145	708.790	1.219.624
		<u>8.551.579</u>	<u>13.422.188</u>	<u>21.839.864</u>	<u>25.574.071</u>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	17	14.036.239	14.931.006	43.566.394	48.047.819
Débitos com partes relacionadas	17	21.506.681	12.790.445		
Instrumentos financeiros derivativos	18	835.792	521.395	922.356	521.395
Outros tributos	11	143.683	126.253	956.789	924.337
Autorizações e concessões a pagar	19			7.005	6.607
Programa de refinanciamento fiscal	20	409.807	436.961	683.907	716.656
Provisões	21	1.869.433	1.808.332	3.543.496	3.413.972
Provisões para fundos de pensão	23	399.478	399.396	399.514	399.431
Demais obrigações		1.812.131	1.901.154	2.935.252	3.004.307
		<u>41.013.244</u>	<u>32.914.942</u>	<u>53.014.713</u>	<u>57.034.524</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	22				
Capital		21.438.374	21.438.374	21.438.374	21.438.374
Custo de emissão de ações		(377.429)	(377.429)	(377.429)	(377.429)
Reservas de capital		7.016.003	7.016.003	7.016.003	7.016.003
Ações em tesouraria		(5.531.092)	(5.531.092)	(5.531.092)	(5.531.092)
Outros resultados abrangentes		308.819	338.226	308.819	338.226
Variação de porcentagem de participação		3.916	3.916	3.916	3.916
Prejuízos acumulados		(11.340.940)	(9.672.334)	(11.340.940)	(9.672.334)
		<u>11.517.651</u>	<u>13.215.664</u>	<u>11.517.651</u>	<u>13.215.664</u>
Participação dos não controladores	26			1.133.472	1.190.547
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>11.517.651</u>	<u>13.215.664</u>	<u>12.651.123</u>	<u>14.406.211</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>61.082.474</u>	<u>59.552.794</u>	<u>87.505.700</u>	<u>97.014.806</u>

# Oi S.A. e sociedades controladas

## Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
<b>Operações continuadas</b>					
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	4 e 5	1.481.152	1.590.084	6.755.111	7.039.935
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(770.503)	(676.912)	(4.128.740)	(3.794.762)
<b>Lucro bruto</b>		<b>710.649</b>	<b>913.172</b>	<b>2.626.371</b>	<b>3.245.173</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	5 e 13	(269.794)	110.852	(347)	432
Despesas com vendas	5	(247.642)	(278.708)	(1.058.009)	(1.147.766)
Despesas gerais e administrativas	5	(320.472)	(323.925)	(923.665)	(949.395)
Outras receitas operacionais	5	164.955	57.801	370.412	184.778
Outras despesas operacionais	5	(136.201)	(206.426)	(622.243)	(540.351)
		<b>(809.154)</b>	<b>(640.406)</b>	<b>(2.233.852)</b>	<b>(2.452.302)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>(98.505)</b>	<b>272.766</b>	<b>392.519</b>	<b>792.871</b>
Receitas financeiras	5 e 6	1.279.133	181.371	278.088	306.921
Despesas financeiras	5 e 6	(2.962.530)	(1.069.695)	(2.180.890)	(1.576.008)
<b>Resultado financeiro</b>	5 e 6	<b>(1.683.397)</b>	<b>(888.324)</b>	<b>(1.902.802)</b>	<b>(1.269.087)</b>
<b>Prejuízo antes das tributações</b>		<b>(1.781.902)</b>	<b>(615.558)</b>	<b>(1.510.283)</b>	<b>(476.216)</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	7	(4.665)	(10.769)	(156.479)	(271.043)
Diferido	7	117.961	257.455	22.610	333.163
<b>Prejuízo líquido das operações continuadas</b>		<b>(1.668.606)</b>	<b>(368.872)</b>	<b>(1.644.152)</b>	<b>(414.096)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>					
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)			(32.445)		(32.445)
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(1.668.606)</b>	<b>(401.317)</b>	<b>(1.644.152)</b>	<b>(446.541)</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores		(1.668.606)	(401.317)	(1.668.606)	(401.317)
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores				24.454	(45.224)
Prejuízo básico e diluído por ação:	22(h)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas (R\$)		(2,47)	(0,48)	(2,47)	(0,48)
Ações preferenciais – básicas e diluídas (R\$)		(2,47)	(0,48)	(2,47)	(0,48)
Prejuízo básico e diluído por ação – Operações continuadas:	22(h)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas (R\$)		(2,47)	(0,44)	(2,47)	(0,44)
Ações preferenciais – básicas e diluídas (R\$)		(2,47)	(0,44)	(2,47)	(0,44)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Oi S.A. e sociedades controladas

### Demonstrações do resultado abrangente Períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
<b>Operações continuadas</b>				
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(1.668.606)</b>	<b>(401.317)</b>	<b>(1.644.152)</b>	<b>(446.541)</b>
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	358.800	26.049	390.300	11.867
Ganho (Perda) de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” reflexa	20.790	(14.182)		
Ganho atuarial		17.764		17.764
Variação cambial sobre investimento no exterior	(233.460)	351.058	(287.005)	495.120
Variação cambial sobre investimento no exterior reflexa	(53.545)	144.062		
Outros resultados abrangentes		(960)		(960)
<b>Resultado abrangente antes dos impostos – Operações continuadas</b>	<b>(1.576.021)</b>	<b>122.474</b>	<b>(1.540.857)</b>	<b>77.250</b>
Efeito dos impostos sobre outros resultados abrangentes:				
Contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(121.992)	(8.857)	(132.702)	(8.857)
Perda atuarial		(6.040)		(6.040)
<b>Resultado abrangente – Operações continuadas</b>	<b>(1.698.013)</b>	<b>107.577</b>	<b>(1.673.559)</b>	<b>62.353</b>
<b>Operações descontinuadas</b>				
Resultado abrangente de operações descontinuadas		245.692		245.692
<b>Total do resultado abrangente do período</b>	<b>(1.698.013)</b>	<b>353.269</b>	<b>(1.673.559)</b>	<b>308.045</b>
Resultado abrangente atribuído ao acionista controlador	(1.698.013)	353.269	(1.698.013)	353.269
Resultado abrangente atribuído ao acionista não			24.454	(45.224)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Oi S.A. e sociedades controladas

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos períodos findos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuído à participação dos controladores															Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Custo de emissão de ações	Reservas de capital						Reserva de lucro		Obrigações em instrumentos patrimoniais	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Variação de porcentagem de participação	Outros resultados abrangentes			
			Doações e subvenções para investimento	Especial de ágio na incorporação	Especial de incorporação – Acervo líquido	Juros sobre obras em andamento	Correção monetária especial – Lei 8.200/1991	Outras reservas	Investimentos									
<b>Em 1 de janeiro de 2015</b>	<b>21.438.220</b>	<b>(309.592)</b>	<b>123.558</b>	<b>767.726</b>	<b>2.309.296</b>	<b>745.756</b>	<b>31.287</b>		<b>1.933.354</b>	<b>(2.894.619)</b>	<b>(2.367.552)</b>	<b>(4.024.184)</b>	<b>3.916</b>	<b>45.126</b>	<b>17.802.292</b>	<b>1.509.197</b>	<b>19.311.489</b>	
Incorporação da TmarPart (Nota 1)		(33.692)		982.768	122.412							(5.809)			1.065.679		1.065.679	
Aumento de capital	154						1.933.200	(1.933.354)										
Custo na conversão de ações (Nota 22.f)		(34.145)													(34.145)		(34.145)	
Obrigações em instrumentos patrimoniais									(268.921)						(268.921)		(268.921)	
Permuta de ações em tesouraria									3.163.540	(3.163.540)								
Prejuízo do exercício												(4.934.908)			(4.934.908)	(412.693)	(5.347.601)	
Perda de contabilidade de “hedge”														(468.984)	(468.984)		(468.984)	
Perda de contabilidade de “hedge” reflexa														(57.662)	(57.662)		(57.662)	
Perda atuarial														(44.108)	(44.108)		(44.108)	
Ganho atuarial reflexo transferido para prejuízos acumulados												(707.433)		715.680	8.247		8.247	
Variação cambial sobre investimentos no exterior														1.332.415	1.332.415	94.043	1.426.458	
Variação cambial sobre investimentos no exterior reflexa														380.371	380.371		380.371	
Outros resultados abrangentes no exercício														144.735	144.735		144.735	
Resultado abrangente transferido para o resultado do exercício														(1.709.347)	(1.709.347)		(1.709.347)	
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>21.438.374</b>	<b>(377.429)</b>	<b>123.558</b>	<b>1.750.494</b>	<b>2.431.708</b>	<b>745.756</b>	<b>31.287</b>	<b>1.933.200</b>			<b>(5.531.092)</b>	<b>(9.672.334)</b>	<b>3.916</b>	<b>338.226</b>	<b>13.215.664</b>	<b>1.190.547</b>	<b>14.406.211</b>	
Prejuízo do período												(1.668.606)			(1.668.606)	24.454	(1.644.152)	
Ganho de contabilidade de “hedge”														236.808	236.808		236.808	
Ganho de contabilidade de “hedge” reflexa														20.790	20.790		20.790	
Variação cambial sobre investimentos no exterior														(233.460)	(233.460)	(81.529)	(314.989)	
Variação cambial sobre investimentos no exterior reflexa														(53.545)	(53.545)		(53.545)	
	<b>21.438.374</b>	<b>(377.429)</b>	<b>123.558</b>	<b>1.750.494</b>	<b>2.431.708</b>	<b>745.756</b>	<b>31.287</b>	<b>1.933.200</b>			<b>(5.531.092)</b>	<b>(11.340.940)</b>	<b>3.916</b>	<b>308.819</b>	<b>11.517.651</b>	<b>1.133.472</b>	<b>12.651.123</b>	
<b>Em 31 de março de 2016</b>	<b>21.438.374</b>	<b>(377.429)</b>			<b>7.016.003</b>						<b>(5.531.092)</b>	<b>(11.340.940)</b>	<b>3.916</b>	<b>308.819</b>	<b>11.517.651</b>	<b>1.133.472</b>	<b>12.651.123</b>	

# Oi S.A. e sociedades controladas

## Demonstração dos fluxos de caixa Períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
<b>Atividades operacionais – operações continuadas</b>				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.781.902)	(615.558)	(1.510.283)	(476.216)
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	(1.479.939)	2.728.390	(1.710.597)	3.716.355
Operações de instrumentos financeiros derivativos	2.831.070	(1.830.188)	3.183.191	(2.563.395)
Depreciação e amortização	278.264	228.417	1.373.180	1.218.388
Perdas sobre contas a receber	12.570	33.524	127.574	169.276
Provisões	77.884	106.165	204.955	223.144
Provisão para fundos de pensão	2.473	2.249	2.665	2.271
Equivalência patrimonial	269.794	(110.852)	347	(432)
Perda na baixa de ativo permanente	4.314	793	5.077	1.298
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	7.422	9.613	23.678	28.596
Participação de empregados e administradores	(39.152)		356	3.350
Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	(18.091)	(43.862)		
Atualização monetária de provisões	62.629	17.058	136.690	52.576
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	352	13.780	3.630	23.780
Outros	(75.155)	(31.597)	(36.394)	(57.731)
	<u>152.533</u>	<u>507.932</u>	<u>1.804.069</u>	<u>2.341.260</u>
<b>Mutações patrimoniais</b>				
Contas a receber	743.069	(400.992)	(300.815)	(794.650)
Estoques	5.197	1.331	(11.052)	23.249
Tributos	(21.301)	(161.725)	(222.416)	(345.477)
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(18.151)	(194.880)	(648.181)	(661.484)
Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	19.893	199.743	2.356.421	687.891
Fornecedores	(62.145)	181.126	(34.067)	(2.258)
Salários, encargos sociais e benefícios	(13.212)	(20.434)	(15.659)	(81.104)
Provisões	(83.590)	(79.316)	(204.296)	(190.324)
Variação de ativos e passivos mantidos para venda			(96.317)	
Outras contas ativas e passivas	(485.522)	(43.479)	(1.108.091)	(468.936)
	<u>84.238</u>	<u>(518.626)</u>	<u>(284.473)</u>	<u>(1.833.093)</u>
Encargos financeiros pagos	(434.814)	(525.269)	(812.278)	(701.338)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(5.357)	(38)	(39.310)	(3.320)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(17.655)	(15.092)	(70.614)	(65.097)
	<u>(457.826)</u>	<u>(540.399)</u>	<u>(922.202)</u>	<u>(769.755)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais - Operações continuadas</b>	<u>(221.055)</u>	<u>(551.093)</u>	<u>597.394</u>	<u>(261.588)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais - Operações descontinuadas</b>				<u>485.342</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<u>(221.055)</u>	<u>(551.093)</u>	<u>597.394</u>	<u>223.754</u>

# Oi S.A. e sociedades controladas

## Demonstração dos fluxos de caixa Períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(continuação)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
<b>Atividades de investimentos – operações continuadas</b>				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(172.991)	(132.686)	(977.225)	(970.017)
Créditos com partes relacionadas e debêntures – Liberações	(551.813)	(201.040)		
Créditos com partes relacionadas e debêntures - Recebimentos	2.001.745	84.800		
Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	40.192	11	203	3.698
Depósitos e bloqueios judiciais	(218.278)	(407.578)	(374.015)	(466.813)
Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	67.545	110.899	107.532	154.288
Aumento de capital em controladas	(2.174.164)			
Variação de caixa e equivalentes de caixa no período				201.591
Aumento/Redução de investimentos permanentes		422		(5)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos – Operações continuadas</b>	<b>(1.007.764)</b>	<b>(545.172)</b>	<b>(1.243.505)</b>	<b>(1.077.258)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos – Operações descontinuadas</b>				<b>(194.739)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>(1.007.764)</b>	<b>(545.172)</b>	<b>(1.243.505)</b>	<b>(1.271.997)</b>
<b>Atividades de financiamentos – operações continuadas</b>				
Captações líquidas de custos		531.032		531.343
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	(2.962.576)	(27.249)	(5.749.283)	(397.853)
Débitos com partes relacionadas e debêntures - Captações	20.698.527	408.782		
Débitos com partes relacionadas e debêntures - Pagamentos	(10.881.474)	(296.809)		
(Pagamentos) Recebimentos de operações de instrumentos financeiros derivativos	(327.054)	726.582	(184.759)	839.773
Programa de refinanciamento fiscal	(16.160)	(15.200)	(24.625)	(22.978)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.996)	(1.179)	(2.013)	(1.206)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos – Operações continuadas</b>	<b>6.509.267</b>	<b>1.325.959</b>	<b>(5.960.680)</b>	<b>949.079</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos – Operações descontinuadas</b>				<b>(492.194)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	<b>6.509.267</b>	<b>1.325.959</b>	<b>(5.960.680)</b>	<b>456.885</b>
Variação cambial sobre equivalentes de caixa	(156)	(7.056)	(2.773)	(36.009)
<b>Fluxo de caixa do período</b>	<b>5.280.292</b>	<b>222.638</b>	<b>(6.609.564)</b>	<b>(627.367)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo final	6.798.876	576.722	8.288.499	1.821.839
Saldo inicial	1.518.584	354.084	14.898.063	2.449.206
Variação no período	5.280.292	222.638	(6.609.564)	(627.367)

## Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

### Transações não caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	98.125	104.174	236.834	51.646
Compensação de depósitos judiciais contra provisões	42.880	69.694	56.199	82.082

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da subsidiária integral Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada TMAR junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Em 30 de dezembro de 2015, a ANATEL anunciou que a revisão a implementar até final de 2015 havia sido postergada até 30 de abril de 2016. Posteriormente, em 29 de abril de 2016, a ANATEL decidiu, por meio de Circuito Deliberativo, postergar novamente a assinatura dos novos contratos, desta vez para 31 de dezembro de 2016.

Em abril de 2014, no âmbito da operação de combinação de negócios e união das bases acionárias da Companhia e da Pharol SGPS S.A. (nova denominação da Portugal Telecom, SGPS, S.A. - “Pharol”), foi aprovado um aumento de capital da Companhia, o qual foi parcialmente integralizado mediante a conferência, pela Pharol, da totalidade das ações de emissão da PT Portugal SGPS, S.A. (“PT Portugal”).

Em 2 de junho de 2015 foi efetivada a venda da totalidade das ações da PT Portugal para a Altice Portugal S.A. (“Altice”), envolvendo substancialmente as operações da PT Portugal em Portugal e na Hungria. Com a alienação, a Companhia manteve participações societárias nas seguintes subsidiárias que antes integravam o Grupo PT:

- (i) 100% das ações da PT Participações SGPS, S.A. (“PT Participações”) detentora das operações na África, através da Africatel Holdings BV (“Africatel”), e em Timor, através da Timor Telecom, S.A. (“Timor Telecom”);

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) 100% das ações da Portugal Telecom International Finance B.V. (“PTIF”), CVTEL B.V. (“CVTEL”) e Carrigans Finance S.à.r.l. (“Carrigans”).

Na África, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações de forma indireta através da Africatel. A Companhia presta serviços na Namíbia, em Moçambique e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias Mobile Telecommunications Limited (“MTC”), Listas Telefónicas de Moçambique (“LTM”) e Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL (“CST”). Adicionalmente, a Africatel possui participação indireta de 25% na Unitel S.A. (“Unitel”) e de 40% na Cabo Verde Telecom, S.A. (“CVT”), as quais prestam serviços de telecomunicações em Angola e Cabo Verde.

Na Ásia, a Companhia presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” negociados na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 10 de maio de 2016, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração do dia 10 de maio de 2016.

**União das bases acionárias da Oi e Pharol**

Em 31 de março de 2015, no contexto da operação de união de bases acionárias da Oi, da TmarPart e da Pharol, anunciada em 2 de outubro de 2013 e objeto dos Fatos Relevantes de 20 de fevereiro de 2014 e 8 de setembro de 2014 (“Operação”), a Companhia divulgou um conjunto de operações e medidas alternativas com o intuito de antecipar os principais objetivos da Operação, com a adoção pela Oi das melhores práticas de governança corporativa exigidas nas normas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e a dispersão do direito de voto na Oi, mantendo-se o objetivo final de oportunamente implementar operação que resulte na migração das ações atualmente detidas pelos acionistas da Oi e, posteriormente, da Pharol, para o Novo Mercado (“Estrutura Alternativa”).

A Estrutura Alternativa consistia nas seguintes etapas: (i) simplificação da estrutura de capital da Companhia, incluindo a incorporação da TmarPart pela Oi (respectivamente, “Simplificação Societária” e “Incorporação”); (ii) aprovação de novo Estatuto Social da Companhia, refletindo a adoção pela Oi de elevados padrões de governança corporativa; (iii) a eleição de novo Conselho de Administração na Oi, com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a findar em 31 de dezembro de 2017; e (iv) a conversão voluntária de ações preferenciais de emissão da Companhia por ações ordinárias, obedecendo-se, na conversão, a relação de troca 0,9211 ação ordinária para cada ação preferencial de emissão da Oi, já anteriormente divulgada para a incorporação das ações da Oi pela TmarPart e utilizada na precificação das ações de emissão da Oi no aumento de capital aprovado em abril de 2014 e integralizado em maio do mesmo ano (“Conversão Voluntária”).

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 22 de julho de 2015, foram firmados pelos signatários dos acordos de acionistas aplicáveis à Oi os termos de rescisão dos mesmos, os quais entraram em vigor no dia 31 de julho de 2015, data de publicação do primeiro anúncio de convocação da Assembleia Geral com vista à aprovação da Incorporação e da Simplificação Societária. A rescisão dos acordos de acionistas resulta na inexistência de acionista controlador definido na Companhia.

Em 30 de julho de 2015, o Conselho Diretor da ANATEL deferiu o pedido de Anuência Prévia, condicionada à comprovação da regularidade fiscal da Companhia, para a implementação da Estrutura Alternativa. Em 31 de agosto de 2015, foi comprovada a regularidade fiscal da Companhia, implementando-se a condição de eficácia prevista na Anuência Prévia. Dessa forma, em 1 de setembro de 2015, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Oi que deliberou, principalmente, sobre:

- (1) a Incorporação da TmarPart pela Oi e respectivo laudo de avaliação elaborado por empresa especializada;
- (2) a aprovação de novo estatuto social da Oi;
- (3) a eleição de novo Conselho de Administração na Oi, com mandato até a Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social a findar em 31 de dezembro de 2017; e
- (4) a proposta e a abertura do prazo para a Conversão Voluntária, bem como seus termos e condições.

Com a aprovação da Incorporação em 1 de setembro de 2015, restou confirmada a rescisão dos acordos de acionistas da TmarPart. O acervo líquido a valor contábil da TmarPart incorporado pela Companhia foi de R\$ 122.412, sem alteração no número de ações emitidas e sem diluição dos atuais acionistas. A incorporação também resultou na transferência para o patrimônio líquido da Companhia de benefícios fiscais de ágios decorrentes de aquisições de participações da TmarPart e de seus controladores no montante de R\$ 982.768.

Como resultado da Incorporação, os acionistas da TmarPart receberam ações de emissão da Companhia em igual quantidade àquelas detidas pela TmarPart imediatamente antes da Incorporação, de forma que não houve diluição aos demais acionistas da Companhia.

Com relação à Conversão Voluntária, também aprovada na Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 1 de setembro de 2015, abriu-se um prazo de 30 dias, até 1 de outubro de 2015, para que os acionistas detentores de ações preferenciais pudessem manifestar sua adesão. Encerrado o prazo de 30 dias, um total de 314.250.655 ações preferenciais da Companhia, ou 66,84% das ações preferenciais ex-tesouraria, foi objeto de manifestações de conversão por titulares de ações preferenciais, tendo sido atingida a adesão mínima de 2/3 de ações preferenciais ex-tesouraria a que estava sujeita a Conversão Voluntária (Nota 22).

No dia 8 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia homologou a conversão voluntária de ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Oi, aprovou a efetiva conversão

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

das ações preferenciais objeto das manifestações de conversão na BM&FBOVESPA e no Banco do Brasil e aceitou as solicitações de conversão apresentadas por titulares de ADSs Preferenciais. O Conselho de Administração da Companhia também aprovou a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, para refletir a nova composição do capital social, decorrente da Conversão Voluntária, no Estatuto Social da Companhia. A referida Assembleia foi realizada no dia 13 de novembro de 2015.

Em 10 de dezembro de 2015, foi realizado leilão para a alienação das ações formadas pelo agrupamento das frações de ações resultantes da Conversão Voluntária. Como resultado do leilão, foram alienadas 887 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam a totalidade das ações formadas pelo agrupamento das frações. Os valores líquidos apurados com a alienação das ações, totalizando R\$ 1.985,60, foram creditados no dia 21 de dezembro de 2015 em nome dos titulares das frações, proporcionalmente às frações por eles detidas.

**Aumento de capital da Companhia mediante integralização pela Pharol da totalidade das ações da PT Portugal**

Em conformidade com o Fato Relevante divulgado pela Companhia em 20 de fevereiro de 2014 e com os contratos definitivos celebrados em 19 de fevereiro de 2014, que descreviam as etapas necessárias à implementação da Operação, foi deliberado nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas nos dias 28 e 30 de abril de 2014 o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 13.217.865 mediante oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, com a emissão para subscrição pública de 2.142.279.524 ações ordinárias, incluindo 396.589.982 ações ordinárias na forma de “*American Depositary Shares*” (“ADSs”), e 4.284.559.049 ações preferenciais, incluindo 828.881.795 ações preferenciais na forma de ADSs.

Em 5 de maio de 2014, o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de Agente Estabilizador da Oferta Pública, exerceu parcialmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a opção de distribuição de 120.265.046 ações ordinárias e 240.530.092 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Suplementares”), no montante de R\$ 742.035. Dessa forma, na referida data, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 21.431.109.

As ações foram emitidas pelo preço de R\$ 2,17 por ação ordinária e R\$ 2,00 por ação preferencial. As ações ordinárias na forma de ADSs (“ADSs ON”, cada qual representando uma ação ordinária) foram emitidas ao preço de US\$ 0,970 por ADS ON, e as ações preferenciais na forma de ADSs (“ADSs PN”, cada qual representando uma ação preferencial) foram emitidas ao preço de US\$ 0,894 por ADS PN.

Por fim, as ações emitidas foram integralizadas (i) pela Pharol em bens, por meio da contribuição à Companhia da totalidade das ações de emissão da PT Portugal, a qual detinha a totalidade dos (i.a) ativos operacionais da Pharol, exceto as participações direta ou indiretamente detidas na Companhia e na Contax Participações S.A. e (i.b) passivos da Pharol na data da contribuição, conforme considerados no Laudo de Avaliação elaborado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (“Ativos PT”), aprovado em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada em 27 de março de 2014; e (ii)

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

à vista, em dinheiro, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. Dessa forma, o aumento de capital da Companhia totalizou o valor bruto de R\$ 13,96 bilhões, incluindo os Ativos PT, que foram avaliados em R\$ 5,71 bilhões.

**Otimização da liquidez e perfil de endividamento da Companhia**

A Companhia anunciou em 9 de março de 2016 que, contratou a PJT Partners como assessor financeiro para auxiliá-la na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento. Adicionalmente, em 25 de abril de 2016, a Oi anunciou que celebrou um acordo de confidencialidade em termos usualmente utilizados com um terceiro, na qualidade de assessor de um grupo diverso de titulares de obrigações emitidas pela Oi e algumas das suas subsidiárias, sendo este um passo inicial para discussões sobre os termos de uma potencial reestruturação de dívidas.

O foco operacional e comercial da Oi permanece inalterado, mantendo a Companhia o empenho com investimentos que garantam melhoria permanente da qualidade dos serviços, os quais acredita que permitirão continuar a levar avanços tecnológicos a seus clientes em todo o Brasil. A Companhia também mantém seus esforços para melhorias operacionais e para transformação do negócio, com foco em austeridade, otimização de infraestrutura, revisão de processos e ações comerciais.

As informações trimestrais consolidadas do Grupo Oi para o período findo em 31 de março de 2016 foram preparadas com o pressuposto de continuidade dos negócios, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa preparadas pela gestão.

As projeções dependem de fatores tais como o atingimento das metas de volume de tráfego, base de clientes, lançamento de produtos combinados atrativos para os clientes, preços de venda dos serviços, variação cambial e, na identificação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar a liquidez e perfil de dívida do Grupo Oi.

Se uma ou mais das principais premissas consideradas não forem atingidas, incluindo a não identificação e implementação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar a liquidez e perfil da dívida do Grupo Oi, podem indicar incertezas materiais, gerando dúvidas sobre a capacidade da Companhia em realizar os seus ativos e de liquidar as suas obrigações, conforme se encontram contabilizados.

**2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a períodos apresentados nessas Informações Trimestrais, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

**(a) Base de elaboração**

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

---

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 31 de março de 2016 e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 31 de março de 2016 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2015.

Após 2 de julho de 2015, os ativos e passivos remanescentes da PT Portugal não alienados à Altice (Nota 1) passaram a ser consolidados pela Companhia, com exceção dos ativos e passivos das operações na África que são consolidados e apresentados em única linha do balanço como ativos mantidos para venda, em resultado da expectativa e decisão da gestão de manter esses ativos e passivos em venda.

### **Moeda funcional e de apresentação**

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

### **Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

quando qualificadas como contabilidade de “*hedge*” (“*hedge accounting*”) e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de “*hedge*” de fluxo de caixa e operações de “*hedge*” de investimento líquido.

**Empresas do grupo com moeda funcional diferente**

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/03/2015
Euro	4,0539	4,2504	4,3009	3,2213
Dólar Norte Americano	3,5589	3,9048	3,9022	2,8702
Escudo de Cabo Verde	0,0371	0,0390	0,0394	0,0298
Dobra de São Tomé e Príncipe	0,000171	0,000174	0,000178	0,000135
Xelim Queniano	0,0351	0,0382	0,0383	0,0314
Dólar da Namíbia	0,2420	0,2510	0,2468	0,2439
Metical de Moçambique	0,0712	0,0832	0,0806	0,0834

**Consolidação das Informações Trimestrais**

Em decorrência dos eventos societários ocorridos na Cabo Verde Telecom em 2015, a Companhia deixou de exercer todos os seus direitos previstos nos acordos de acionistas, nomeadamente a eleição da maioria dos membros do Conselho de Administração. Para efeitos contábeis a Companhia entende que deixaram de ser cumpridos os critérios para a existência de controle da Cabo Verde Telecom,

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tendo este investimento passado a ser registrado nas demonstrações financeiras consolidadas pelo Método da Equivalência Patrimonial em detrimento da Consolidação Integral.

**(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 31 de março de 2016, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

**3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS**

**3.1. Visão geral**

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

		CONTROLADORA	CONSOLIDADO
--	--	--------------	-------------

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Mensuração contábil	31/03/2016			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	577.351	577.351	786.564	786.564
Equivalentes de caixa	Valor justo	6.221.525	6.221.525	7.501.935	7.501.935
Aplicações financeiras	Valor justo	38.004	38.004	238.190	238.190
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	4.054.336	4.054.336	5.841.542	5.841.542
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	1.933.756	1.933.756		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.673.112	1.673.112	8.553.732	8.553.732
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	891.270	891.270		
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro disponível para venda	Valor justo	3.381.902	3.381.902	3.381.902	3.381.902
Dividendos a receber	Custo amortizado	1.839.793	1.839.793	1.839.793	1.839.793
<b>Passivos</b>					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.423.381	1.423.381	5.201.887	5.201.887
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	2.083.496	2.083.496	13.323.418	13.323.418
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	21.665.657	22.189.820		
Debêntures	Custo amortizado	3.956.649	3.954.497	4.007.453	4.005.301
“Senior Notes”	Custo amortizado	10.493.162	3.858.991	34.307.961	11.080.415
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	3.217.717	3.217.717	3.573.314	3.573.314
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	28.131	28.131	57.405	57.405
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	7.422	7.422	982.453	982.453
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	463.847	463.847	774.093	774.093
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	396.900	396.900	396.900	396.900

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2015			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	177.573	177.573	1.111.840	1.111.840
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.341.011	1.341.011	13.786.223	13.786.223

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações financeiras	Valor justo	38.733	38.733	1.927.686	1.927.686
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	5.393.673	5.393.673	7.386.703	7.386.703
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	3.353.617	3.353.617		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	2.428.751	2.428.751	8.379.719	8.379.719
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	891.270	891.270		
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro disponível para venda	Valor justo	3.541.314	3.541.314	3.541.314	3.541.314
Dividendos a receber	Custo amortizado	2.042.191	2.042.191	2.042.191	2.042.191
<b>Passivos</b>					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.388.520	1.388.520	5.004.833	5.004.833
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	4.936.551	4.936.551	17.049.280	17.049.280
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	13.035.521	13.063.594		
Debêntures	Custo amortizado	4.088.002	4.078.516	4.138.025	4.128.539
“Senior Notes”	Custo amortizado	11.163.801	6.468.489	38.670.111	22.159.838
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	2.411.838	2.411.838	2.510.343	2.510.343
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	65.663	65.663	96.433	96.433
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			918.537	918.537
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	479.655	479.655	795.088	795.088
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	382.230	382.230	382.230	382.230

(i) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(ii) Parte do saldo de empréstimos e financiamentos com o BNDES e agências de crédito à exportação, correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Parte do saldo de empréstimos e financiamentos estão relacionados aos “Bonds” emitidos no mercado internacional para os quais existe mercado secundário, sendo o valor justo diferente do valor contábil.

(iii) As autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (obrigação de compra de participação acionária) estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas e não são percebidos ajustes de valor justo.

### 3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

**(a) Instrumentos financeiros derivativos**

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2016.

**(b) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo**

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

**(c) Hierarquia do valor justo**

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nível 2 — Os “inputs” são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis entre 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Ativos</b>					
Caixa e contas bancárias	Nível 1	577.351	177.573	786.564	1.111.840
Equivalentes de caixa	Nível 2	6.221.525	1.341.011	7.501.935	13.786.223
Aplicações financeiras	Nível 2	38.004	38.733	238.190	1.927.686
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	4.054.336	5.393.673	5.841.542	7.386.703
Ativos mantidos para venda	Nível 3	3.381.902	3.541.314	3.381.902	3.541.314
<b>Passivos</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	3.217.717	2.411.838	3.573.314	2.510.343

### 3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos e valores a receber e a pagar com partes relacionadas: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária): todas as obrigações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

### **3.4. Administração do risco financeiro**

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de “*Hedge*” e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com as políticas, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro, a dívida bruta, dívida líquida e o fluxo de caixa do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, uma diretriz a ser seguida em cada ano fiscal.

Para o devido gerenciamento de riscos, a Companhia poderá contratar ou reverter instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*” e termo de moedas. A contratação de tais instrumentos depende dentre outros fatores da disponibilidade de limite de crédito junto aos bancos. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

#### **3.4.1. Risco de mercado**

##### **(a) Risco de taxa de câmbio**

##### **Ativos financeiros**

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior, semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil (“*time deposits*”) e depósitos a prazo em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América (“Dólar” ou “Dólares”).

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 52,55% (31/12/2015 – 73,22%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

**Investimento líquido em controladas no exterior**

Os riscos relacionados com os investimentos da Companhia em moeda estrangeira surgem, substancialmente, em razão dos investimentos nas controladas da África e Ásia. A Companhia não tem qualquer instrumento contratado para cobertura de risco associado aos investimentos líquidos em empresas estrangeiras.

**Análise de sensibilidade de risco cambial**

A Administração estimou o impacto da desvalorização hipotética do Euro e do Dólar em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	31/03/2016	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	3,55890	0%
Euro	4,05390	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	2,66918	25%
Euro	3,04043	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	1,77945	50%
Euro	2,02695	50%

CONSOLIDADO				
31/03/2016				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
	individual			
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	100.826	75.619	50.413
Caixa em Euro	Queda do Euro	4.873.009	3.654.757	2.436.505

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total vinculado a taxas de câmbio		4.973.835	3.730.376	2.486.918
-----------------------------------	--	-----------	-----------	-----------

**Passivos financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 75,4% (31/12/2015 – 78,5%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada da Oi em moeda estrangeira 99,6% (31/12/2015 – 99,5%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “*swap*” cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os recursos de caixa mantidos em Euros e em Dólares funcionam como um “*hedge*” natural às dívidas denominadas em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item 3.2 (a) acima.

Esses ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e contas bancárias	444.503	444.503	47.839	47.839
Equivalentes de caixa	4.386.122	4.386.122	5.452	5.452
Aplicações financeiras	1.901	1.901	3.667	3.667
Instrumentos financeiros derivativos	4.054.336	4.054.336	5.393.673	5.393.673
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	10.055.337	4.097.641	13.530.721	9.138.347
Instrumentos financeiros derivativos	2.500.604	2.500.604	1.819.976	1.819.976

	CONSOLIDADO			
	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e contas bancárias	493.174	493.174	761.788	761.788

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Equivalentes de caixa	4.446.877	4.446.877	10.553.452	10.553.452
Aplicações financeiras	33.784	33.784	1.765.541	1.765.541
Instrumentos financeiros derivativos	5.187.763	5.187.763	6.940.963	6.940.963
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	38.889.217	16.338.145	46.935.152	30.727.817
Instrumentos financeiros derivativos	2.853.872	2.853.872	1.915.910	1.915.910

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"			
	CONTROLADORA			
	Vencimento (anos)	Valor justo		
		Valores a (pagar)/ a receber		
31/03/2016		31/12/2015		
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	3,0 - 7,9	2.627.498	3.456.170	
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	4,5	589.890	819.647	
Contratos de "swap cross currency" EUR/R\$	1,7 - 5,2	(526.218)	(169.513)	

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"			
	CONSOLIDADO			
	Vencimento (anos)	Valor justo		
		Valores a (pagar)/ a receber		
31/03/2016		31/12/2015		
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	0,5 - 7,9	3.580.370	4.954.291	
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	4,5	589.890	819.647	
Contratos de "swap cross currency" EUR/R\$	1,7 - 5,2	(526.218)	(169.513)	

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"			
	CONTROLADORA			
	Vencimento (anos)	Valor justo		
		Valores a (pagar)/ a receber		
31/03/2016		31/12/2015		
Contratos de "Non Deliverable Forward" US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	(113.419)	(106.440)	
Contratos de "Non Deliverable Forward" EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	(1.074.691)	(427.452)	
Contratos de Opção (PUT USD /R\$)	3,1 - 4,6	17.455	8.783	
Contrato de Opção (PUT EUR /R\$)	3,6	47.601	24.767	
Contrato de Opção (CALL EUR /R\$)	3,6	(14.384)	(32.265)	

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"			
	CONSOLIDADO			
	Vencimento (anos)	Valor justo		
		Valores a (pagar)/ a receber		
31/03/2016		31/12/2015		
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	< 1 ano		31.467	

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos de “ <i>swap cross currency</i> ” R\$/US\$	< 1 ano		(27.965)
Contratos de “ <i>Non Deliverable Forward</i> ” US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	(286.132)	(156.707)
Contratos de “ <i>Non Deliverable Forward</i> ” EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	(1.074.691)	(427.452)
Contrato de Opção (PUT USD /R\$)	3,1 - 4,6	17.455	8.783
Contrato de Opção (PUT EUR /R\$)	3,6	47.601	24.767
Contrato de Opção (CALL EUR /R\$)	3,6	(14.384)	(32.265)

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

**Contratos de “*cross currency swap*” (“*plain vanilla*”)**

US\$/R\$: Referem-se a operações de “*swap*” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de “*swap*” cambial para reverter contratos de “*swap*”. Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos “*swaps*” em Dólar revertidos.

**Contratos de NDF - “*Non Deliverable Forward*”**

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Dólar para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Dólar para posições mais longas.

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

**Contrato de Opções (“Put”)**

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Refere-se a operações de compra de opção de venda de US\$, referente a parcela de principal da dívida, no intuito de se proteger de uma valorização do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar um limite inferior a variação cambial, a um grupo de “swaps”, para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis na ponta ativa destes derivativos.

Em 31 de março de 2016 e de 2015, foram registrados em resultados financeiros as operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo (vide Nota 6):

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Ganho (perda) com “swap” cambial	(1.818.701)	1.648.008	(2.293.293)	2.178.409
Operações de termo em moedas	(781.937)	349.565	(933.624)	412.639
Opções	49.386		49.386	
<b>Total</b>	<b>(2.551.252)</b>	<b>1.997.573</b>	<b>(3.177.531)</b>	<b>2.591.048</b>

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “hedges” cambiais designados para fins de contabilidade de “hedge”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “hedge” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/01/2015</b>	<b>(294.946)</b>	<b>(294.946)</b>
Resultado dos “hedges” designados	268.559	297.424
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(311)	1.946
Amortização dos “hedges” ao resultado pela taxa efetiva	2.042	2.420
Tributos diferidos sobre contabilidade de “hedge”	(91.898)	(102.608)
“Hedge” reflexo de controlada	20.790	
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>(95.764)</b>	<b>(95.764)</b>

(a.1) Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2016, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de março de 2016. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	31/03/2016	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	3,5589	0%
Euro	4,0539	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	4,44863	25%
Euro	5,06738	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	5,33835	50%

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Euro	6,08085	50%
------	---------	-----

Em 31 de março de 2016, a Administração estimou o fluxo de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste período e nas taxas de câmbio apresentadas acima.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

<b>CONTROLADORA</b>				
<b>31/03/2016</b>				
<b>Descrição</b>	<b>Risco individual</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário Possível</b>	<b>Cenário Remoto</b>
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	7.897.245	9.871.556	11.845.868
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(12.573.898)	(15.717.373)	(18.860.847)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(7.683)	(9.604)	(11.525)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.383.929	2.979.911	3.575.894
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(15.849.887)	(19.812.359)	(23.774.831)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(4.824.843)	(6.031.054)	(7.237.265)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>(22.975.137)</b>	<b>(28.718.923)</b>	<b>(34.462.706)</b>

<b>CONSOLIDADO</b>				
<b>31/03/2016</b>				
<b>Descrição</b>	<b>Risco individual</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário Possível</b>	<b>Cenário Remoto</b>
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	18.228.966	22.786.208	27.343.449
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(18.358.745)	(22.948.431)	(27.538.118)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(100.825)	(126.031)	(151.238)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	21.096.533	26.370.666	31.644.800
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(15.849.887)	(19.812.359)	(23.774.831)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(4.873.009)	(6.091.261)	(7.309.514)
<b>Total vinculado a taxas de câmbio</b>		<b>143.033</b>	<b>178.792</b>	<b>214.548</b>

(b) **Risco de taxa de juros**

**Ativos financeiros**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

**Passivos financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais e da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares.

Em 31 de março de 2016, aproximadamente 31,5% (31/12/2015 – 33,4%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 62,2% (31/12/2015 – 59,6%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	<b>CONTROLADORA</b>			
	<b>31/03/2016</b>		<b>31/12/2015</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor de mercado</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	1.835.403	1.835.403	1.335.559	1.335.559
Aplicações financeiras	36.103	36.103	35.066	35.066
Créditos com partes relacionadas	1.933.756	1.933.756	3.353.617	3.353.617
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	27.070.919	26.392.293	21.397.323	21.387.837
Instrumentos financeiros derivativos	717.113	717.113	591.862	591.862

	<b>CONSOLIDADO</b>			
	<b>31/03/2016</b>		<b>31/12/2015</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor de mercado</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor de mercado</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	3.055.058	3.055.058	3.232.771	3.232.771
Aplicações financeiras	204.406	204.406	162.145	162.145
Instrumentos financeiros derivativos	653.779	653.779	445.740	445.740
<b>Passivos financeiros</b>				

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos e financiamentos	14.537.688	13.859.062	18.307.705	18.298.218
Instrumentos financeiros derivativos	719.442	719.442	594.433	594.433

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	31/03/2016	31/12/2015	
Contratos de “swap” Pré/DI	4,5	(63.334)	(146.121)

	Derivativos designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	31/03/2016	31/12/2015	
Contratos de “swap” Pré/DI	4,5	(63.334)	(146.121)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	31/03/2016	31/12/2015	
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré	5,8	(653.779)	(445.741)

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	31/03/2016	31/12/2015	
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré	0,2- 5,8	(656.108)	(448.312)
Contratos de “swap” US\$ Pré/US\$ LIBOR	5,8	653.779	445.740

As operações de proteção contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco de taxa de juros são principalmente:

**Contratos de “swap” de taxa de juros**

US\$ LIBOR/US\$ Pré: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de “*swap*” de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

R\$ Pré/CDI: Referem-se a operações de “*swap*” de taxa de juros para conversão de uma posição de “*swap*” cambial passivo pré-fixado em R\$ para passivo em % DI. Esta operação visa trocar o lastro cambial de determinada dívida em US\$ para uma posição flutuante em DI, anulando o efeito da ponta pré-fixada presente na estrutura.

Em 31 de março de 2016 e de 2015, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo: (vide Nota 6).

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Ganho (perda) com “ <i>swap</i> ” taxa de juros	(279.818)	(167.385)	(5.660)	(27.653)
<b>Total</b>	<b>(279.818)</b>	<b>(167.385)</b>	<b>(5.660)</b>	<b>(27.653)</b>

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “*hedges*” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “*hedge*”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>(108.059)</b>	<b>(108.059)</b>
Resultado dos “ <i>hedges</i> ” designados	87.462	87.462
Transferência da porção inefetiva ao resultado	(75)	(75)
Amortização dos “ <i>hedges</i> ” ao resultado pela taxa efetiva	1.123	1.123
Tributos diferidos sobre contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(30.094)	(30.094)
“ <i>Hedge</i> ” reflexo de controlada		
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>(49.643)</b>	<b>(49.643)</b>

**(b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do período findo em 31 de março de 2016, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP, e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, a partir de janeiro de 2015, a TJLP subiu de 5,0% a.a. para 5,5% a.a., iniciando sucessivos movimentos de elevação. Para o trimestre iniciado em abril de 2015 subiu para 6,0%, a partir de julho manteve-se em 6,5% e de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2015 foi elevada para 7,0%. A partir de 1 de janeiro até 31 de março de 2016 foi elevada para 7,5% a.a.

31/03/2016								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M
14,13%	7,50%	0,89970%	17,66%	9,38%	1,12463%	21,20%	11,25%	1,34955%

Em 31 de março de 2016, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP, e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

CONTROLADORA				
31/03/2016				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.365.400	1.658.733	1.949.867
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	9.981.254	12.230.427	14.461.611
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	212.722	253.525	296.132
Dívidas em US\$ LIBOR	Alta da US\$ LIBOR	76.886	83.986	91.085

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US\$ LIBOR	(1.320.530)	(1.393.551)	(1.466.571)
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>10.315.732</b>	<b>12.833.120</b>	<b>15.332.124</b>

CONSOLIDADO				
31/03/2016				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.896.770	2.278.175	2.655.946
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	11.211.823	13.740.669	16.247.136
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	907.491	1.082.233	1.264.603
Dívidas em US\$ LIBOR	Alta da US\$ LIBOR	500.129	538.749	577.371
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US\$ LIBOR	(292.802)	(316.619)	(340.436)
<b>Total vinculado a taxas de juros</b>		<b>14.223.411</b>	<b>17.323.207</b>	<b>20.404.620</b>

### 3.4.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de março de 2016, aproximadamente 98,48% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

A Companhia possui riscos de crédito relativos a dividendos a receber associados ao investimento na Unitel.

### 3.4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos, servir o custo da dívida e refinanciar dívidas.

Face ao atual cenário econômico dos mercados onde a Companhia atua e considerando o perfil das suas responsabilidades de médio e longo prazo a Companhia anunciou em 9 de março de 2016,

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

conforme mencionado na Nota 1, a contratação da PJT Partners como seu assessor financeiro para auxiliá-la na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento. Adicionalmente, em 25 de abril de 2016, a Oi anunciou que celebrou um acordo de confidencialidade em termos usualmente utilizados com um terceiro, na qualidade de assessor de um grupo diverso de titulares de obrigações emitidas pela Oi e algumas das suas subsidiárias, sendo este um passo inicial para discussões sobre os termos de uma potencial reestruturação de dívidas.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, quando aplicável:

	CONTROLADORA				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Em 31 de março de 2016</b>					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	4.722.581	6.487.560	24.851.882	361.589	36.423.612
Debêntures (i)	1.491.335	3.859.491			5.350.826
Fornecedores (ii)	123.366				123.366
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	40.530	162.120	108.081	153.116	463.847

	CONSOLIDADO				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Em 31 de março de 2016</b>					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	12.156.993	22.136.186	16.337.532	6.137.501	56.768.212
Debêntures (i)	1.486.454	3.930.788	16.846		5.434.088
Fornecedores (ii)	916.369				916.369
Autorizações e concessões (iii)	938.834	43.619			982.453
Programa de refinanciamento fiscal (iv)	67.639	270.558	180.371	255.525	774.093

Os valores incluídos nas tabelas consideram as estimativas dos fluxos de pagamentos contratuais não descontados e não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores.

- (i) Inclui estimativas de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas taxas de juros aplicáveis a cada período e considera que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente;
- (ii) Consiste nas estimativas em obrigações de compra de equipamentos de rede de telefonia fixa e móvel no Brasil de acordo com as obrigações contratuais firmadas com nossos fornecedores, incluindo todos os termos significativos e o tempo aproximado da transação;
- (iii) Consiste em obrigações devidas à ANATEL relacionadas às autorizações de radiofrequências. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período; e

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iv) Consiste no programa de parcelamento de tributos que foram aderidos aos programas de refinanciamento fiscal. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

### Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida (Nota 1).

Os indicadores comumente utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações e outros resultados não usuais), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses e índice de cobertura de juros.

#### 3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “covenants” financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 17, na seção “Covenants”.

## 4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
<b>Receita bruta de vendas e/ou serviços</b>	<b>3.452.292</b>	<b>3.465.768</b>	<b>11.636.652</b>	<b>11.159.427</b>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(1.971.140)</b>	<b>(1.875.684)</b>	<b>(4.881.541)</b>	<b>(4.119.492)</b>
Tributos	(465.251)	(498.942)	(1.994.791)	(2.111.310)
Outras deduções	(1.505.889)	(1.376.742)	(2.886.750)	(2.008.182)

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas de vendas e/ou serviços	1.481.152	1.590.084	6.755.111	7.039.935

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Receitas de vendas e/ou serviços	1.481.152	1.590.084	6.755.111	7.039.935
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(214.818)	(237.932)	(357.631)	(505.803)
Pessoal	(74.196)	(141.424)	(684.600)	(616.516)
Serviços de terceiros	(372.183)	(350.752)	(1.551.384)	(1.553.434)
Serviço de manutenção da rede	(155.285)	(158.501)	(488.545)	(459.588)

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo de aparelhos e outros			(73.651)	(148.911)
Publicidade e propaganda	(2.724)	(3.045)	(93.464)	(39.157)
Aluguéis e seguros	(170.745)	(104.247)	(1.096.814)	(886.435)
Provisões	(77.884)	(106.165)	(204.955)	(223.144)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.570)	(33.524)	(127.574)	(169.276)
Tributos e outras receitas (despesas) (i)	(220.988)	46.689	(300.798)	(426.412)
Outras despesas operacionais, líquidas (ii)			(9.996)	
<b>Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização</b>	<b>(1.301.393)</b>	<b>(1.088.901)</b>	<b>(4.989.412)</b>	<b>(5.028.676)</b>
Depreciação e amortização	(278.264)	(228.417)	(1.373.180)	(1.218.388)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(1.579.657)</b>	<b>(1.317.318)</b>	<b>(6.362.592)</b>	<b>(6.247.064)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(98.505)</b>	<b>272.766</b>	<b>392.519</b>	<b>792.871</b>
<b>Resultado financeiro:</b>				
Receitas financeiras	1.279.133	181.371	278.088	306.921
Despesas financeiras	(2.962.530)	(1.069.695)	(2.180.890)	(1.576.008)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(1.683.397)</b>	<b>(888.324)</b>	<b>(1.902.802)</b>	<b>(1.269.087)</b>
<b>Prejuízo antes das tributações</b>	<b>(1.781.902)</b>	<b>(615.558)</b>	<b>(1.510.283)</b>	<b>(476.216)</b>
Imposto de renda e contribuição social	113.296	246.686	(133.869)	62.120
<b>Prejuízo líquido das operações continuadas</b>	<b>(1.668.606)</b>	<b>(368.872)</b>	<b>(1.644.152)</b>	<b>(414.096)</b>
<b>Operações descontinuadas</b>				
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)		(32.445)		(32.445)
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(1.668.606)</b>	<b>(401.317)</b>	<b>(1.644.152)</b>	<b>(446.541)</b>
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(1.668.606)	(401.317)	(1.668.606)	(401.317)
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			24.454	(45.224)
<b>Despesas operacionais por função:</b>				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(770.503)	(676.912)	(4.128.740)	(3.794.762)
Despesas com vendas	(247.642)	(278.708)	(1.058.009)	(1.147.766)
Despesas gerais e administrativas	(320.472)	(323.925)	(923.665)	(949.395)
Outras receitas operacionais	164.955	57.801	370.412	184.778
Outras despesas operacionais	(136.201)	(206.426)	(622.243)	(540.351)
Resultado de equivalência patrimonial	(269.794)	110.852	(347)	432
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(1.579.657)</b>	<b>(1.317.318)</b>	<b>(6.362.592)</b>	<b>(6.247.064)</b>

- (i) Inclui despesa de equivalência patrimonial de R\$ 269.794 na controladora (receita de R\$ 110.852 – 31/03/2015) e despesa de R\$ 347 (receita de R\$ 432 – 31/03/2015) no consolidado.
- (ii) As outras despesas operacionais, líquidas no período findo em 31 de março de 2016 incluem R\$ 9.996 de custos associados às rescisões trabalhistas ocorridas no período.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
--	--------------	-------------

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
<b>Receitas financeiras</b>				
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	(256.395)	8.110	(115.101)	44.518
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	50.270	69.321	136.313	183.938
Rendimentos de aplicações financeiras	20.726	11.950	54.745	44.679
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	1.396.334	61.600	241	3.161
Outras receitas (i)	68.198	30.390	201.890	30.625
<b>Total</b>	<b>1.279.133</b>	<b>181.371</b>	<b>278.088</b>	<b>306.921</b>
<b>Despesas financeiras e outros encargos</b>				
<b>a) Despesas com empréstimos e financiamentos</b>				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	743.795	(2.107.962)	2.567.975	(2.756.890)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(240.820)	(275.320)	(771.066)	(611.532)
Juros sobre debêntures	(141.930)	(286.030)	(142.711)	(286.755)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(2.831.070)	1.830.188	(3.183.191)	2.563.395
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(283.257)	(83.520)		
<b>Subtotal:</b>	<b>(2.753.282)</b>	<b>(922.644)</b>	<b>(1.528.993)</b>	<b>(1.091.782)</b>
<b>b) Outros encargos</b>				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(55.877)	(48.109)	(265.025)	(227.996)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(82.741)	(41.751)	(190.666)	(98.277)
Atualização monetária de provisões	(62.629)	(17.058)	(136.690)	(52.576)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(352)	(13.780)	(3.630)	(23.780)
Outras despesas	(7.649)	(26.353)	(55.886)	(81.597)
<b>Subtotal:</b>	<b>(209.248)</b>	<b>(147.051)</b>	<b>(651.897)</b>	<b>(484.226)</b>
<b>Total</b>	<b>(2.962.530)</b>	<b>(1.069.695)</b>	<b>(2.180.890)</b>	<b>(1.576.008)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.683.397)</b>	<b>(888.324)</b>	<b>(1.902.802)</b>	<b>(1.269.087)</b>

- (i) Refere-se, substancialmente, ao ganho decorrente das operações de recompra de debêntures próprias.
- (ii) Representado, principalmente, por taxas e comissões financeiras.

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(4.665)	(10.769)	(156.479)	(271.043)
Tributos diferidos (Nota 10)	117.961	257.455	22.610	333.163
<b>Total</b>	<b>113.296</b>	<b>246.686</b>	<b>(133.869)</b>	<b>62.120</b>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
<b>Prejuízo antes das tributações</b>	<b>(1.781.902)</b>	<b>(615.558)</b>	<b>(1.510.283)</b>	<b>(476.216)</b>
<b>IRPJ E CSLL</b>				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	605.847	209.290	513.496	161.913
Equivalência patrimonial	(91.730)	37.689	(118)	147
Efeitos tributários dos JSCP		543		
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	89	87	701	10.792
Exclusões (adições) permanentes (ii)	49.457	(923)	33.232	(117.206)
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)	(450.367)		(746.997)	(35.858)
Efeitos de taxas de imposto diferenciadas (iv)			65.817	42.332
<b>Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado</b>	<b>113.296</b>	<b>246.686</b>	<b>(133.869)</b>	<b>62.120</b>

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos.
- (iii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência da não constituição de crédito tributário sobre adições e exclusões temporárias e prejuízos fiscais e base negativa gerados no próprio ano.
- (iv) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo sediadas no exterior.

As Informações Trimestrais findas em 31 de março de 2016 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pela Lei nº 12.973/2014.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades, tendo por base as inovações na legislação fiscal trazidas pela Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627/2013”) e as posteriores alterações promovidas em seu texto original durante a sua tramitação pelo Congresso Nacional, resultando no Projeto de Lei de Conversão nº 02/2014 (“PLV 02/2014”), bem como o disposto na Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397/2013”). A partir desta avaliação, a Administração não apurou impactos relevantes em comparação ao regime em vigor até 31 de dezembro de 2014 (para os não optantes pela antecipação dos efeitos da Lei nº 12.973/2014).

Ressalta-se que, o PLV 02/2014 resultou na publicação, em 14 de maio de 2014, da Lei nº 12.973/2014, cujas alterações em relação ao texto original não alteram as conclusões acima expostas. A Companhia não optou por antecipar os efeitos decorrentes da referida lei, passando a sujeitar-se às suas disposições desde 1 de janeiro de 2015.

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

### (a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e contas bancárias	577.351	177.573	786.564	1.111.840
Equivalentes de caixa	6.221.525	1.341.011	7.501.935	13.786.223
<b>Total</b>	<b>6.798.876</b>	<b>1.518.584</b>	<b>8.288.499</b>	<b>14.898.063</b>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
"Time Deposits"	4.384.764	4.175	4.421.782	10.734.985
Operações compromissadas	1.153.908	744.220	1.719.170	1.637.798
CDB – Certificado de Depósito Bancário	679.773	589.664	1.332.899	1.387.158
Outros	3.080	2.952	28.084	26.282
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>6.221.525</b>	<b>1.341.011</b>	<b>7.501.935</b>	<b>13.786.223</b>

### (b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
"Time Deposits"				1.700.386
Títulos privados	21.181	20.580	129.639	125.966
Títulos públicos	14.921	14.486	108.551	101.334
Outros	1.902	3.667		
<b>Total</b>	<b>38.004</b>	<b>38.733</b>	<b>238.190</b>	<b>1.927.686</b>
Circulante	16.823	18.153	108.551	1.801.720
Não circulante	21.181	20.580	129.639	125.966

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark" o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em euros.

## 9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Serviços faturados	1.408.754	2.176.019	6.964.948	6.733.219
Serviços a faturar	454.047	448.768	1.119.624	1.296.562
Aparelhos e acessórios vendidos	80.406	80.331	977.643	911.077
<b>Subtotal:</b>	<b>1.943.207</b>	<b>2.705.118</b>	<b>9.062.215</b>	<b>8.940.858</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(270.095)	(276.367)	(508.483)	(561.139)

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Total</b>	<b>1.673.112</b>	<b>2.428.751</b>	<b>8.553.732</b>	<b>8.379.719</b>
--------------	------------------	------------------	------------------	------------------

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
A vencer	1.375.277	1.868.784	6.159.210	6.855.027
Vencidas até 60 dias	343.662	624.402	1.997.891	1.296.612
Vencidas de 61 a 90 dias	43.868	34.392	200.731	146.608
Vencidas de 91 a 120 dias	26.956	27.415	125.721	121.916
Vencidas de 121 a 150 dias	19.475	22.362	120.172	124.887
Vencidas acima de 150 dias	133.969	127.763	458.490	395.808
<b>Total</b>	<b>1.943.207</b>	<b>2.705.118</b>	<b>9.062.215</b>	<b>8.940.858</b>

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>(276.367)</b>	<b>(561.139)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.570)	(126.801)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	18.842	179.457
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>(270.095)</b>	<b>(508.483)</b>

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Tributos correntes a recuperar</b>				
IR a recuperar (i)	5.914	212.808	47.360	416.125
CS a recuperar (i)	3.616	74.124	18.538	153.059
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	69.917	83.144	241.021	346.389
<b>Total circulante</b>	<b>79.447</b>	<b>370.076</b>	<b>306.919</b>	<b>915.573</b>
<b>Tributos diferidos a recuperar</b>				
IR sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	1.753.324	1.782.179	1.753.324	1.782.179

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CS sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	631.196	641.584	631.196	641.584
IR sobre diferenças temporárias (iv)	2.083.353	2.055.051	2.975.297	3.030.285
CS sobre diferenças temporárias (iv)	738.903	730.550	972.177	993.486
IR sobre prejuízos fiscais (iv)	827.245	828.306	1.676.312	1.673.150
CS sobre base negativa (iv)	297.808	298.190	617.326	615.040
<b>Subtotal – Tributos diferidos a recuperar</b>	<b>6.331.829</b>	<b>6.335.860</b>	<b>8.625.632</b>	<b>8.735.724</b>
Outros tributos diferidos a recuperar (v)	422.458	125.657	670.664	147.278
<b>Total não circulante</b>	<b>6.754.287</b>	<b>6.461.517</b>	<b>9.296.296</b>	<b>8.883.002</b>

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Tributos correntes a recolher</b>				
IR a pagar	3.412	23.240	97.882	211.571
CS a pagar	56.133	58.769	90.306	128.053
<b>Total circulante</b>	<b>59.545</b>	<b>82.009</b>	<b>188.188</b>	<b>339.624</b>

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos períodos e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
- (iii) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na TmarPart e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2027 (Nota 1).
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Para as companhias que não apresentaram, em 31 de março de 2016, expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os créditos tributários, foram constituídas provisões para perdas no montante de R\$ 2.095.435 (31/12/2015 – R\$ 1.391.869).

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários não foram reconhecidos na sua totalidade, no montante de R\$ 507.748 (31/12/2015 - R\$ 454.319).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, provenientes dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e diferenças temporárias:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2016		300.811
2017		118.709
2018		128.804
2019		313.163
2020	338.161	664.390
De 2021 a 2023	1.867.934	2.698.525
De 2024 a 2025	1.741.214	2.016.710
<b>Total</b>	<b>3.947.309</b>	<b>6.241.112</b>

- (v) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

**Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	CONTROLADORA			
	Saldo em 31/12/2015	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2016
<b>Impostos diferidos ativos com relação a:</b>				
<b>Diferenças temporárias</b>				
Provisões	930.751	59		930.810
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	45.761	4.971		50.732
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	177.724	6.844		184.568
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	100.930	(2.646)		98.284
Participação nos lucros	23.868	(15.606)		8.262

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Variações cambiais	1.578.914	102.314		1.681.228
Ágio incorporado	2.423.763	(39.243)		2.384.520
Contabilidade de "hedge"	178.072		(121.992)	56.080
Outras adições e exclusões temporárias	(250.419)	62.711		(187.708)
<b>Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL</b>				
Provisão para perda	(340.919)	(450.367)		(791.286)
Prejuízos fiscais	1.111.898	328.669		1.440.567
Base negativa de CSLL	355.517	120.255		475.772
<b>Total</b>	<b>6.335.860</b>	<b>117.961</b>	<b>(121.992)</b>	<b>6.331.829</b>

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2015	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Saldo em 31/03/2016
<b>Impostos diferidos ativos com relação a:</b>				
<b>Diferenças temporárias</b>				
Provisões	1.393.087	19.330		1.412.417
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	146.256	5.100		151.356
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	176.436	6.850		183.286
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	658.870	8.386		667.256
Participação nos lucros	64.243	(17.917)		46.326
Variações cambiais	1.778.361	20.225		1.798.586
Ágio incorporado	2.423.763	(39.243)		2.384.520
Contabilidade de "hedge"	207.609		(132.702)	74.907
Outras adições e exclusões temporárias	(401.091)	14.431		(386.660)
<b>Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL</b>				
Provisão para perda	(1.391.869)	(703.566)		(2.095.435)
Prejuízos fiscais	2.677.151	518.611		3.195.762
Base negativa de CSLL	1.002.908	190.403		1.193.311
<b>Total</b>	<b>8.735.724</b>	<b>22.610</b>	<b>(132.702)</b>	<b>8.625.632</b>

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
ICMS a recuperar (i)	399.534	371.479	1.326.643	1.285.800
PIS e COFINS	18.954	18.718	203.350	200.029
Outros	15.131	15.102	97.387	97.056
<b>Total</b>	<b>433.619</b>	<b>405.299</b>	<b>1.627.380</b>	<b>1.582.885</b>
Circulante	233.597	210.603	978.362	922.986
Não circulante	200.022	194.696	649.018	659.899

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ICMS	308.679	295.271	745.036	759.922
ICMS Convênio nº 69/1998	19.374	18.859	33.986	33.998
PIS e COFINS	398.754	382.680	669.370	668.888
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão	108.397	108.319	875.106	861.212
Outros	86.204	83.203	148.820	153.968
<b>Total</b>	<b>921.408</b>	<b>888.332</b>	<b>2.472.318</b>	<b>2.477.988</b>
Circulante	777.725	762.079	1.515.529	1.553.651
Não circulante	143.683	126.253	956.789	924.337

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

## 12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Cíveis	7.356.133	7.288.084	9.602.647	9.459.735
Tributárias	688.696	669.982	2.604.953	2.548.720
Trabalhistas	1.407.062	1.356.218	2.451.258	2.368.902
<b>Total</b>	<b>9.451.891</b>	<b>9.314.284</b>	<b>14.658.858</b>	<b>14.377.357</b>
Circulante	806.556	887.449	1.174.811	1.258.227
Não circulante	8.645.335	8.426.835	13.484.047	13.119.130

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

## 13. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Investimentos em controladas	16.807.519	17.118.485		
Negócios em conjunto			60.960	63.837
Investimentos em coligadas			40.719	39.003
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.579	31.579
Ágio "Goodwill"	11.618	11.618		
Outros investimentos	3.799	3.799	20.471	20.471
<b>Total</b>	<b>16.833.209</b>	<b>17.144.175</b>	<b>153.729</b>	<b>154.890</b>

Conforme mencionado na Nota 1, no processo de venda da PT Portugal para Altice, a Companhia passou a deter investimento direto nas empresas PT Participações, PTIF, CVTEL e Carrigans.

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>17.144.175</b>	<b>154.890</b>
Equivalência patrimonial (Nota 5)	(269.794)	(347)
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em controladas	20.790	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em coligadas	(2.381)	(2.381)
Equivalência patrimonial reconhecida em ativos mantidos para venda	(15.606)	1.567
Transferência de investimentos p/ provisão para patrimônio líquido negativo	24.083	
Equivalência patrimonial reconhecida em patrimônio líquido negativo	(68.062)	
Outros	4	
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>16.833.209</b>	<b>153.729</b>

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			31/03/2016			
			Quantidade em milhares		Participação - %	
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do período	Ações		Capital total	Capital votante
			Ordinárias	Preferenciais		
TMAR	16.205.483	(448.782)	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	649.014	57.519	215.538.129		50	100
Oi Holanda	84.223	131.428	100		100	100
Oi Serviços Financeiros	8.998	2.850	799		100	100
PTIF	(270.011)	(3.227)	0,042		100	100
CVTEL	(185)	(4)	18		100	100
Carrigans	96		0,100		100	100

				CONTROLADORA		
				31/03/2016		
Controladas	Equivalência Patrimonial	Valor do investimento	Provisão para patrimônio líquido negativo			
TMAR	(448.782)	16.205.483				
Rio Alto	28.759	324.507				
Oi Holanda	131.428	84.223				
Oi Serviços Financeiros	2.850	8.998				
PTIF	(3.227)		270.011			
CVTEL	(4)		185			
Carrigans		96				
Resultado não realizado com investidas	3.576	184.212				
PT Participações (i)	15.606					
<b>Total</b>	<b>(269.794)</b>	<b>16.807.519</b>	<b>270.196</b>			

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas	CONTROLADORA		
	31/12/2015		
	Equivalência Patrimonial	Valor do investimento	Provisão para patrimônio líquido negativo
TMAR	(2.082.546)	16.635.856	
Rio Alto	111.430	295.747	
Oi Holanda	(187.775)		47.205
Oi Serviços Financeiros	8.195	6.147	
PTIF	(550.136)		266.785
CVTEL	(193)		190
Carrigans		98	
Resultado não realizado com investidas	79.024	180.637	
Operações na África (i)	12.009		
PT Participações (i)	(1.494.589)		
<b>Total</b>	<b>(4.104.581)</b>	<b>17.118.485</b>	<b>314.180</b>

- (i) Refere-se a equivalência patrimonial dos investimentos nas operações em África e Ásia, classificadas como ativos mantidos para venda.

Informações financeiras resumidas

Controladas	31/03/2016		
	Ativos	Passivos	Receitas
TMAR	35.348.588	19.143.105	2.444.960
Oi Holanda	23.441.371	23.357.148	
PTIF	15.863.969	16.133.980	
Rio Alto	741.259	92.245	124.683
Oi Serviços Financeiros	66.617	57.619	2.075
CVTEL	12	197	

Controladas	31/12/2015		31/03/2015
	Ativos	Passivos	Receitas
TMAR	36.822.800	20.186.944	2.718.287
Oi Holanda	24.886.102	24.933.307	
PTIF	18.910.725	19.177.510	
Rio Alto	686.913	95.419	105.718
Oi Serviços Financeiros	79.084	72.937	4.660
CVTEL	14	204	

14. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			transmissão e outros <sup>(1)</sup>				
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>							
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>131.743</b>	<b>5.249.747</b>	<b>18.394.951</b>	<b>4.260.392</b>	<b>1.155.948</b>	<b>2.093.862</b>	<b>31.286.643</b>
Adições	241.508		23.925	3.435		870	269.738
Baixas		(3.785)	(24)	(1.943)		(3)	(5.755)
Transferências	(84.806)	3.952	54.208	25.956	30	660	
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>288.445</b>	<b>5.249.914</b>	<b>18.473.060</b>	<b>4.287.840</b>	<b>1.155.978</b>	<b>2.095.389</b>	<b>31.550.626</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 31/12/2015</b>		<b>(5.110.050)</b>	<b>(15.399.021)</b>	<b>(3.001.826)</b>	<b>(725.475)</b>	<b>(1.552.182)</b>	<b>(25.788.554)</b>
Despesas de depreciação		(4.913)	(140.916)	(83.709)	(8.884)	(17.552)	(255.974)
Baixas			14	1.424		2	1.440
Transferências			(2)	4	5	(7)	
<b>Saldo em 31/03/2016</b>		<b>(5.114.963)</b>	<b>(15.539.925)</b>	<b>(3.084.107)</b>	<b>(734.354)</b>	<b>(1.569.739)</b>	<b>(26.043.088)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>							
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>131.743</b>	<b>139.697</b>	<b>2.995.930</b>	<b>1.258.566</b>	<b>430.473</b>	<b>541.680</b>	<b>5.498.089</b>
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>288.445</b>	<b>134.951</b>	<b>2.933.135</b>	<b>1.203.733</b>	<b>421.624</b>	<b>525.650</b>	<b>5.507.538</b>
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	CONSOLIDADO						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros <sup>(1)</sup>	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
<b>Custo do imobilizado (valor bruto)</b>							
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>1.656.581</b>	<b>18.848.684</b>	<b>49.863.703</b>	<b>26.023.848</b>	<b>3.538.924</b>	<b>5.576.826</b>	<b>105.508.566</b>
Adições	988.401		79.180	4.265	13	9.862	1.081.721
Baixas		(4.544)	(335)	(1.943)		(5)	(6.827)
Transferências	(614.806)	27.895	525.852	54.808	(3.603)	9.854	
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>2.030.176</b>	<b>18.872.035</b>	<b>50.468.400</b>	<b>26.080.978</b>	<b>3.535.334</b>	<b>5.596.537</b>	<b>106.583.460</b>
<b>Depreciação acumulada</b>							
<b>Saldo em 31/12/2015</b>		<b>(16.924.681)</b>	<b>(36.603.229)</b>	<b>(20.154.173)</b>	<b>(1.736.329)</b>	<b>(4.592.963)</b>	<b>(80.011.375)</b>
Despesas de depreciação		(101.897)	(589.879)	(294.552)	(25.659)	(67.134)	(1.079.121)

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Baixas			323	1.424		3	1.750
Transferências			(32)	(14)	24	22	
<b>Saldo em 31/03/2016</b>		<b>(17.026.578)</b>	<b>(37.192.817)</b>	<b>(20.447.315)</b>	<b>(1.761.964)</b>	<b>(4.660.072)</b>	<b>(81.088.746)</b>
<b>Imobilizado líquido</b>							
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>1.656.581</b>	<b>1.924.003</b>	<b>13.260.474</b>	<b>5.869.675</b>	<b>1.802.595</b>	<b>983.863</b>	<b>25.497.191</b>
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>2.030.176</b>	<b>1.845.457</b>	<b>13.275.583</b>	<b>5.633.663</b>	<b>1.773.370</b>	<b>936.465</b>	<b>25.494.714</b>
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	8%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

**Informações adicionais**

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de março de 2016, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.736.845 (31/12/2015 – R\$ 2.840.055), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta R\$ 7.691.728 (31/12/2015 - R\$ 8.055.876).

No período findo em 31 de março de 2016, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 9% a.a.

**15. INTANGÍVEL**

	CONTROLADORA			
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
<b>Custo do intangível (valor bruto)</b>				
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>107.567</b>	<b>2.425.139</b>	<b>101.712</b>	<b>2.634.418</b>
Adições	1.378			1.378
Transferências	(699)	635	64	
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>108.246</b>	<b>2.425.774</b>	<b>101.776</b>	<b>2.635.796</b>
<b>Amortização acumulada</b>				
<b>Saldo em 31/12/2015</b>		<b>(2.327.563)</b>	<b>(73.930)</b>	<b>(2.401.493)</b>
Despesas de amortização		(21.827)	(463)	(22.290)

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo em 31/03/2016		(2.349.390)	(74.393)	(2.423.783)
<b>Intangível líquido</b>				
Saldo em 31/12/2015	107.567	97.576	27.782	232.925
Saldo em 31/03/2016	108.246	76.384	27.383	212.013
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	

	CONSOLIDADO					
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
<b>Custo do intangível (valor bruto)</b>						
Saldo em 31/12/2015	706.172	125.841	7.907.751	4.041.011	1.221.786	14.002.561
Adições		92.938	6.879	23.035	9.486	132.338
Transferências		(86.456)	76.236		10.220	
Saldo em 31/03/2016	706.172	132.323	7.990.866	4.064.046	1.241.492	14.134.899
<b>Amortização acumulada</b>						
Saldo em 31/12/2015	(459.645)		(6.538.340)	(2.680.178)	(1.022.627)	(10.700.790)
Despesas de amortização	(496)		(153.001)	(67.482)	(27.763)	(248.742)
Saldo em 31/03/2016	(460.141)		(6.691.341)	(2.747.660)	(1.050.390)	(10.949.532)
<b>Intangível líquido</b>						
Saldo em 31/12/2015	246.527	125.841	1.369.411	1.360.833	199.159	3.301.771
Saldo em 31/03/2016	246.031	132.323	1.299.525	1.316.386	191.102	3.185.367
Taxa anual de amortização (média)			20%	9%	16%	

**Ágios (“Goodwill”)**

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”).

Em dezembro de 2015 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de “impairment”, baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 11,8% para TV, 6% para Meios de pagamento, 13,7% para Provedor de internet RII, 1% para Multimídia RII e 3% para Serede, taxa de desconto de 13,2% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio (“goodwill”) alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	46.723	37.690	84.413	2.376.108
Meios de pagamento	69.982	36.211	106.193	168.784
Provedor de internet RII	42.898	72.828	115.726	393.296
Multimídia RII	156.370	7.345	163.715	600.790
Serede (i)	10.260	92.453	102.713	318.338
<b>Total</b>	<b>326.233</b>	<b>246.527</b>	<b>572.760</b>	<b>3.857.316</b>

(i) Em outubro de 2015, a Serede controlada indireta da Companhia adquiriu e incorporou as operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro. A Telemont manterá a prestação de serviços de planta externa nos demais estados onde possui parceria com a Companhia. A aquisição dos ativos e passivos da Telemont no Estado do Rio de Janeiro foi registrada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelo CPC 15 e IFRS 3, considerando o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, tendo sido determinado um ágio na aquisição no valor de R\$ 92.453

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	331.368	222.451	1.676.223	1.282.493
Serviços	925.405	978.224	3.002.093	3.059.394
Aluguel de postes e direito de passagem	122.720	120.050	272.019	341.143
Outros	43.888	67.795	251.552	321.803
<b>Total</b>	<b>1.423.381</b>	<b>1.388.520</b>	<b>5.201.887</b>	<b>5.004.833</b>

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	Vencimento (Principal e Juros)	TIR %
<b>"Senior Notes"</b>	<b>10.493.162</b>	<b>11.163.801</b>	<b>34.307.961</b>	<b>38.670.111</b>		
Moeda nacional	1.060.450	1.090.716	1.060.450	1.090.716	Mar/2016 à set/2016	11,75
Moeda estrangeira	9.432.712	10.073.085	33.247.511	37.579.395	Mar/2016 à fev/2022	14,13
<b>Instituições financeiras</b>	<b>2.323.373</b>	<b>5.196.600</b>	<b>13.808.412</b>	<b>17.540.795</b>		
CCB - Cédula de Crédito Bancário			2.501.105	2.416.314	Mar/2016 à jan/2028	12,04

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários	473.089	450.263	1.468.351	1.397.504	Mar/2016 à ago/2022	14,65
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação	1.850.284	2.006.070	9.838.956	10.986.710	Mar/2016 à dez/2033	10,98
Linha de crédito rotativo		2.740.267		2.740.267	Mar/2016 à out/2016	
<b>Debêntures públicas</b>	<b>3.962.845</b>	<b>4.094.737</b>	<b>4.013.649</b>	<b>4.144.760</b>	Mar/2016 à jul/2021	11,75
Mútuo e Debêntures com controladas (Nota 25)	21.665.657	13.035.521			Mar/2016 à Jun/2022	16,41
<b>Subtotal</b>	<b>38.445.037</b>	<b>33.490.659</b>	<b>52.130.022</b>	<b>60.355.666</b>		
Custo de transação incorrido	(246.073)	(266.783)	(491.190)	(498.249)		
<b>Total</b>	<b>38.198.964</b>	<b>33.223.876</b>	<b>51.638.832</b>	<b>59.857.417</b>		
Circulante	2.656.044	5.502.425	8.072.438	11.809.598		
Não circulante	35.542.920	27.721.451	43.566.394	48.047.819		

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Instituições financeiras	239.877	260.048	484.994	491.514
Debêntures públicas	6.196	6.735	6.196	6.735
<b>Total</b>	<b>246.073</b>	<b>266.783</b>	<b>491.190</b>	<b>498.249</b>
Circulante	52.853	60.668	109.648	117.531
Não circulante	193.220	206.115	381.542	380.718

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Euro	2.377.874	2.456.578	21.012.085	24.221.508
Dólar Norte Americano	7.677.463	11.074.143	17.877.132	22.713.644
Reais	28.143.627	19.693.155	12.749.615	12.922.265
<b>Total</b>	<b>38.198.964</b>	<b>33.223.876</b>	<b>51.638.832</b>	<b>59.857.417</b>

Composição da dívida por indexador

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Taxa pré-fixada	10.529.474	11.200.270	35.422.824	39.892.444
Libor	781.135	3.625.537	5.169.989	8.812.005
CDI	25.603.424	17.055.791	6.354.883	6.347.119
TJLP	686.360	715.995	3.012.816	3.148.581
IPCA	479.626	505.147	1.499.719	1.475.381
INPC	118.945	121.136	178.601	181.887
<b>Total</b>	<b>38.198.964</b>	<b>33.223.876</b>	<b>51.638.832</b>	<b>59.857.417</b>

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação**

	Dívida de longo prazo		Custo de transação	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	31/03/2016			
2017	3.401.771	6.185.791	38.781	78.185
2018	1.131.189	6.316.098	48.180	95.789
2019	2.351.858	6.803.377	44.489	85.904
2020	6.725.305	13.544.484	37.961	68.507
2021 e exercícios seguintes	22.126.017	11.098.186	23.809	53.157
<b>Total</b>	<b>35.736.140</b>	<b>43.947.936</b>	<b>193.220</b>	<b>381.542</b>

**Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos**

**“Senior Notes” – Moeda Estrangeira e Nacional**

Em 31 de março de 2016 a Companhia detinha obrigações de sua emissão adquiridas no mercado pelo montante de aproximadamente US\$ 33 milhões, as quais mantém em carteira e se destinam a ser canceladas ou mantidas até à maturidade.

**Instituições Financeiras**

*Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação*

A Companhia e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias e junto a Agências de Crédito à Exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional. As principais agências de crédito à exportação contraparte da Companhia e suas subsidiárias são: SEK – “Swedish Export Corporation”; CDB – “China Development Bank”; “Delcredere Ducreire”; e FEC – “Finnish Export Credit”.

A linha de crédito contratada junto ao EKN, possuía exigência relativa à necessidade de pagamento antecipado caso ocorresse rebaixamento em nossa nota de crédito. Em virtude do rebaixamento do “rating” da dívida da Oi para nível inferior a Ba2 pela “Moody” ou BB pela “Fitch”, foi solicitado o pagamento antecipado do valor do principal em aberto desse contrato de crédito à exportação de R\$ 202 milhões em abril de 2016.

**Garantias**

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas TMAR e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas TMAR e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 3.447 milhões.

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**“Covenants”**

A Companhia e suas controladas TMAR e Oi Móvel possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures e Títulos. O cumprimento destes índices financeiros são apurados trimestralmente ou anualmente, dependendo dos financiamentos.

Em 2015, a Oi obteve “*waivers*” temporários junto a seus credores, onde ficou acordada a alteração do “*covenant*” financeiro para a razão “Dívida Líquida Total da Companhia/Ebitda” o qual deverá ser igual ou inferior a 6,00 vezes. A Companhia pretende obter novos “*waivers*” dos credores que concederam prazos inferiores a 31 de dezembro de 2016 de forma tempestiva.

Adicionalmente, a maioria dos “*waivers*” temporários aplicáveis até 31 de dezembro de 2016 requerem que a Companhia use o caixa recebido na venda da PT Portugal no pagamento de financiamentos ou no processo de consolidação do setor das telecomunicações no Brasil.

No fechamento das Informações Trimestrais findas em 31 de março de 2016 não houve qualquer evento de vencimento antecipado de dívidas devido ao não cumprimento de quaisquer dos índices financeiros que causasse vencimento antecipado de outras dívidas.

**Linhas de crédito contratadas e não utilizadas**

Em dezembro de 2014, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no valor de R\$ 370,6 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos na região do nordeste do Brasil. Não houve desembolso dessa linha até o momento.

**18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Ativos</b>				
Contratos de “ <i>swap</i> ” - cambial	3.989.280	5.258.200	5.122.707	6.805.084
Contratos de “ <i>swap</i> ” - taxa de juros			653.779	445.740
Contratos de NDF - “ <i>Non Deliverable Forward</i> ”		101.923		102.329
Contratos de Opção	65.056	33.550	65.056	33.550
<b>Total</b>	<b>4.054.336</b>	<b>5.393.673</b>	<b>5.841.542</b>	<b>7.386.703</b>
Circulante	306	103.537	341.555	606.387
Não circulante	4.054.030	5.290.136	5.499.987	6.780.316

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Passivos</b>				
Contratos de "swap" - cambial	1.298.110	1.151.896	1.478.665	1.197.157
Contratos de "swap" - taxa de juros	717.113	591.862	719.442	594.433
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	1.188.110	635.815	1.360.823	686.488
Contratos de Opção	14.384	32.265	14.384	32.265
<b>Total</b>	<b>3.217.717</b>	<b>2.411.838</b>	<b>3.573.314</b>	<b>2.510.343</b>
Circulante	2.381.925	1.890.443	2.650.958	1.988.948
Não circulante	835.792	521.395	922.356	521.395

19. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
SMP			945.839	905.601
Concessões do STFC	7.422		36.614	12.936
<b>Total</b>	<b>7.422</b>		<b>982.453</b>	<b>918.537</b>
Circulante	7.422		975.448	911.930
Não circulante			7.005	6.607

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONSOLIDADO
2016	938.834
2017	39.923
2018	3.308
2019	388
<b>Total</b>	<b>982.453</b>

20. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	459.511	475.319	771.707	791.696
REFIS II - PAES	4.336	4.336	2.386	3.392
<b>Total</b>	<b>463.847</b>	<b>479.655</b>	<b>774.093</b>	<b>795.088</b>
Circulante	54.040	42.694	90.186	78.432
Não circulante	409.807	436.961	683.907	716.656

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	31/03/2016				31/12/2015
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	170.363	5.764	199.892	376.019	387.228
Imposto de renda	47.977	3.898	44.590	96.465	100.897
PIS	63.169	1.136	37.937	102.242	104.138
INSS – SAT	522	2.494	4.688	7.704	9.881
Contribuição social	10.961	1.288	12.281	24.530	25.651
CPMF	19.180	2.155	26.976	48.311	48.311
Outros	44.771	5.202	68.849	118.822	118.982
<b>Total</b>	<b>356.943</b>	<b>21.937</b>	<b>395.213</b>	<b>774.093</b>	<b>795.088</b>

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2016	40.530	67.639
2017	54.040	90.186
2018	54.040	90.186
2019	54.040	90.186
2020	54.040	90.186
2021 a 2022	108.081	180.371
2023 a 2024	99.076	165.339
<b>Total</b>	<b>463.847</b>	<b>774.093</b>

## 21. PROVISÕES

### Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Trabalhista</b>				
Horas extras	228.552	227.874	330.909	329.510
Adicionais diversos	45.278	46.685	109.240	110.664
Indenizações	57.254	55.558	100.235	99.607
Estabilidade / Reintegração	65.254	65.005	97.491	97.783
Complemento de aposentadoria	59.646	55.131	76.177	70.942

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diferenças salariais	27.459	28.332	37.105	38.013
Honorários advocatícios/periciais	14.015	14.360	24.941	25.291
Verbas rescisórias	6.059	6.045	14.788	15.016
Multas trabalhistas	3.672	3.786	10.368	10.275
Vínculo empregatício	133	166	7.067	6.967
FGTS	4.196	4.530	6.507	6.694
Subsidiariedade	496	483	629	610
Demais ações	25.285	22.805	40.477	38.105
<b>Total</b>	<b>537.299</b>	<b>530.760</b>	<b>855.934</b>	<b>849.477</b>
<b>Tributária</b>				
ICMS	33.180	30.947	342.129	308.144
ISS	238	131	70.833	71.201
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	436	386	29.755	29.394
ILL			3.076	6.882
Demais ações	12.316	14.314	70.172	76.736
<b>Total</b>	<b>46.170</b>	<b>45.778</b>	<b>515.965</b>	<b>492.357</b>
<b>Cível</b>				
Societário	1.105.734	1.111.742	1.105.734	1.111.742
ANATEL	347.555	345.045	1.157.887	1.148.621
Juizado Especial	198.696	208.131	353.988	361.474
Demais ações	209.134	189.089	526.609	471.295
<b>Total</b>	<b>1.861.119</b>	<b>1.854.007</b>	<b>3.144.218</b>	<b>3.093.132</b>
<b>Total das provisões</b>	<b>2.444.588</b>	<b>2.430.545</b>	<b>4.516.117</b>	<b>4.434.966</b>
Circulante	575.155	622.213	972.621	1.020.994
Não circulante	1.869.433	1.808.332	3.543.496	3.413.972

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

**Detalhamento do passivo contingente, por natureza**

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Trabalhista	450.145	425.753	815.956	779.776
Tributária	5.640.347	5.480.219	25.060.898	24.047.529
Cível	402.457	377.159	1.367.174	1.238.279
<b>Total</b>	<b>6.492.949</b>	<b>6.283.131</b>	<b>27.244.028</b>	<b>26.065.584</b>

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Resumo das movimentações dos saldos de provisões:**

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>530.760</b>	<b>45.778</b>	<b>1.854.007</b>	<b>2.430.545</b>
Atualização monetária	15.526	1.841	45.262	62.629
Adições / (Reversões)	4.485	(1.449)	74.848	77.884
Baixas por pagamentos / encerramentos	(13.472)		(112.998)	(126.470)
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>537.299</b>	<b>46.170</b>	<b>1.861.119</b>	<b>2.444.588</b>

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>849.477</b>	<b>492.357</b>	<b>3.093.132</b>	<b>4.434.966</b>
Atualização monetária	29.107	11.686	95.897	136.690
Adições / (Reversões)	18.887	12.040	174.028	204.955
Baixas por pagamentos / encerramentos	(41.537)	(118)	(218.839)	(260.494)
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>855.934</b>	<b>515.965</b>	<b>3.144.218</b>	<b>4.516.117</b>

**Garantias**

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 31 de março de 2016 corresponde a R\$ 5.444.607 (31/12/2015 - R\$ 5.394.597) na controladora e R\$ 15.822.505 (31/12/2015 - R\$ 15.577.522) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

**22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**(a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 21.438.374 (31/12/2015 - R\$ 21.438.374), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	31/03/2016	31/12/2015
<b>Capital total em ações</b>		
Ações ordinárias	668.034	668.034
Ações preferenciais	157.727	157.727

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Total</b>	<b>825.761</b>	<b>825.761</b>
<b>Ações em tesouraria</b>		
Ações ordinárias	148.282	148.282
Ações preferenciais	1.812	1.812
<b>Total</b>	<b>150.094</b>	<b>150.094</b>
<b>Ações em circulação</b>		
Ações ordinárias	519.752	519.752
Ações preferenciais	155.915	155.915
<b>Total em circulação</b>	<b>675.667</b>	<b>675.667</b>

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 34.038.701.741,49, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 25 de fevereiro de 2015 o Conselho de Administração aprovou um aumento do capital social de R\$ 154 sem emissão de novas ações com capitalização de reserva de investimento.

Em outubro de 2015 foi realizada a conversão voluntária de ações preferenciais de emissão da Companhia por ações ordinárias (Nota 1).

Em 12 de agosto de 2015 foi obtida autorização da ANATEL para realização de redução do capital para cobertura de prejuízos acumulados no montante de R\$ 4.024.184. A Companhia ainda não executou esta redução de capital.

**(b) Ações em tesouraria**

As ações em tesouraria na data de 31 de março de 2016 são originadas de eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro trimestre de 2015, do segundo trimestre de 2014 e do primeiro semestre de 2012, a seguir descritos:

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE – Assembleia Geral Extraordinária da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Companhia e, conseqüentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Companhia naquela data;

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Companhia e as ações então detidas pela TNL da Companhia, em decorrência da incorporação da Coari na Companhia, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria;
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes.
- (iv) Em decorrência do aumento de capital da Companhia homologado pelo Conselho de Administração em 30 de abril e 5 de maio de 2014, e devido a subscrição efetuada pela Pharol em ativos da PT Portugal, o montante de R\$ 263.028 foi reclassificado contabilmente para ações em tesouraria.
- (v) Nos termos do contrato de permuta celebrado com a Pharol, em 8 de setembro de 2014 (Nota 27), aprovados em AGE da Pharol, pela CVM e AGE da Oi, a Companhia realizou, em 30 de março de 2015, permuta de ações pela qual a Pharol entregou à PTIF ações de emissão da Oi correspondentes a 474.348.720 OIBR3 e 948.697.440 OIBR4 (47.434.872 e 94.869.744, respectivamente após o grupamento de ações); e a Companhia, em contrapartida, entregou títulos de emissão da Rio Forte à Pharol, no valor total principal de R\$ 3.163 milhões (€ 897 milhões).

**(c) Reservas de capital**

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012 no montante de R\$ 2.309.296; (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmarPart aprovada em 1 de setembro de 2015 no montante de R\$ 122.412 incluem, principalmente, R\$ 20.349 de Caixa e equivalentes de caixa, R\$ 112.961 de Tributos diferidos e R\$ 11.166 de Empréstimos, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999 (Nota 1).

Em relação ao acervo líquido da TmarPart cumpre mencionar que em 30 de junho de 2015 havia registrado no balanço da TmarPart uma mais-valia do ativo imobilizado e intangível de R\$ 6.347 milhões, líquido de impostos. Com base nos eventos ocorridos entre 30 de junho de 2015 e a data de incorporação em 1 de setembro de 2015, nos pareceres técnicos externos obtidos pela Companhia e considerando a ausência de norma contábil específica sobre incorporações de entidades sob controle comum nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) e práticas contábeis adotadas no Brasil e a existência de interpretações indicando que, na incorporação, a manutenção ou estorno da mais-valia é uma escolha de política contábil, a Companhia não registrou no seu balanço a referida mais-valia. Nos termos do ICPC 09 (R2) itens 77 e 78 e na Instrução CVM 319/1999 a

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia apresentou uma consulta técnica à CVM não tendo até a data de aprovação deste relatório obtido parecer. A Companhia informa que o registro da mais-valia no seu balanço, em 31 de março de 2016, geraria o aumento do total do ativo e do patrimônio líquido em R\$ 1.199 milhões (31/12/2015 – R\$ 1.233 milhões), referente ao saldo líquido da mais-valia no montante de R\$ 9.028 milhões (31/12/2015 - R\$ 9.080 milhões) deduzido da perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de R\$ 7.211 milhões (31/12/2015 - R\$ 7.211 milhões) e dos efeitos tributários de R\$ 617 milhões (31/12/2015 - R\$ 635 milhões). A amortização cabível no período findo em 31 de março de 2016 seria de R\$ 34 milhões, líquidos dos efeitos tributários.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998.

Outras reservas de capital: formadas pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

**(d) Reservas de lucros**

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 25 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a capitalização do saldo da reserva de investimentos no valor total de R\$ 1.933.354, da seguinte forma: (i) R\$ 154 para o aumento do capital social e (ii) R\$ 1.933.200 para constituição de reservas de capital, sem emissão de novas ações.

**(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2016, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2015 no montante de R\$ 4.934.908 para a conta de prejuízos acumulados.

**(f) Custo de emissões de ações**

Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações líquidos de impostos no montante de R\$ 377.429, sendo R\$ 194.464 o montante de impostos. Os custos estão relacionados às seguintes transações societárias: (1) aumento do capital social, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Pharol, (2) Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012 e (3) incorporação da TmarPart pela Oi. Esses custos diretamente atribuíveis aos eventos mencionados são representados basicamente por gastos com elaboração de prospectos e relatórios, serviços profissionais de terceiros, taxas e comissões, custos de transferência e custos de registro.

**(g) Outros resultados abrangentes**

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem ganhos e perdas de contabilidade de “*hedge*”, ganhos e perdas atuariais, variações cambiais decorrentes de investimento líquido em controladas no exterior, incluindo variações cambiais sobre empréstimos de mútuo que fazem parte do investimento líquido em controladas no exterior, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

O formulário de Informações Trimestrais arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” e “Outros resultados abrangentes” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Custo de emissão de ações”, “Obrigações em instrumentos patrimoniais” e “Variação de porcentagem de participação”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Custo de emissão de ações”, “Obrigações em instrumentos patrimoniais”, tampouco a rubrica “Variação de porcentagem de participação”).

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Variação de porcentagem de participação	Total
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>338.226</b>	<b>(377.429)</b>	<b>3.916</b>	<b>(35.287)</b>
Ganho de contabilidade de “hedge”	236.808			236.808
Ganho de contabilidade de “hedge” reflexa	20.790			20.790
Variação cambial sobre investimento no exterior	(233.460)			(233.460)
Variação cambial sobre investimento no exterior reflexa	(53.545)			(53.545)
<b>Saldo em 31/03/2016</b>	<b>308.819</b>	<b>(377.429)</b>	<b>3.916</b>	<b>(64.694)</b>

**(h) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído**

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro (prejuízo) do período disponível para os mesmos.

**Básico**

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

**Diluído**

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	31/03/2016	31/12/2015
Prejuízo líquido das operações continuadas	(1.668.606)	(6.003.050)
Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)		1.068.142
<b>Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia</b>	<b>(1.668.606)</b>	<b>(4.934.908)</b>
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(1.283.562)	(2.126.657)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(385.044)	(2.808.251)

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)</b>		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	519.752	314.518
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	415.321
<b>Prejuízo por ação (Em Reais):</b>		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(2,47)	(6,76)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(2,47)	(6,76)
<b>Prejuízo por ação – operações continuadas:</b>		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(2,47)	(8,23)
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(2,47)	(8,23)
<b>Lucro por ação – operações descontinuadas:</b>		
Ações ordinárias – básicas e diluídas		1,46
Ações preferenciais – básicas e diluídas		1,46

## 23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 31 de março de 2016, as responsabilidades consolidadas com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estão demonstradas a seguir:

	31/03/2016	31/12/2015
<b>Ativos atuariais</b>	<b>132.424</b>	<b>129.881</b>
Circulante	5.530	753
Não circulante	126.894	129.128
<b>Passivos atuariais</b>	<b>564.168</b>	<b>544.020</b>
Circulante	164.654	144.589
Não circulante	399.514	399.431

### (a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de março de 2016.

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia e Oi Internet	FATL
BrTPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia e Oi Internet	FATL
TelemarPrev	Oi, TMAR, Oi Móvel e Oi Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	Oi Móvel	Sistel
CELPREV	Oi Móvel	Sistel
PAMA	Oi e TMAR	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuarias. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

As obrigações no balanço em 31 de março de 2016 foram registradas com base nos estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2015, elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada”. As principais premissas atuariais consideradas nos estudos atuariais de 31 de dezembro de 2015 e em 31 de março de 2016 após a revisão das taxas de desconto são como segue:

	CONSOLIDADO								
	PLANOS DE PENSÃO							PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	PAMEC	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	De 5,5% a 6,12%	De 5,5% a 6,00%	5,50%	De 5,5% a 7,09%	N/A	10,61%	5,50%	N/A	N/A

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	13,10%	N/A	13,10%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	N/A
Taxa de rotatividade	5,10%	4,40%	Nula	5,10%	N/A	Nula	Nula	N/A	N/A
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	8,67%	8,67%

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com planos de pensão e aposentadoria em 31 de março de 2016:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>543.733</b>	<b>544.020</b>
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	20.128	20.148
<b>Saldo em 31 de março de 2016</b>	<b>563.861</b>	<b>564.168</b>

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 31 de março de 2016:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>124.989</b>	<b>129.881</b>
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	4.094	4.254
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(1.544)	(1.711)
<b>Saldo em 31 de março de 2016</b>	<b>127.539</b>	<b>132.424</b>

## 24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obrigam à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas: Mobile Telecommunications Limited na Namíbia, Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefônicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefônicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefônicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

### Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 31 de março de 2016 e de 2015 é como segue:

	31/03/2016	31/03/2015
Residencial	2.393.511	2.490.880
Mobilidade pessoal	2.032.009	2.258.808
Empresarial / Corporativo	2.065.353	2.020.912
Outros serviços e negócios	47.666	70.180
<b>Receita de vendas e/ou serviços</b>	<b>6.538.539</b>	<b>6.840.780</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Depreciação e amortização	(1.327.863)	(1.173.282)
Interconexão	(347.451)	(503.619)
Pessoal	(656.909)	(591.688)
Serviços de terceiros	(1.514.511)	(1.532.383)
Serviços de manutenção de rede	(477.694)	(451.476)

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo de aparelhos e outros	(61.978)	(137.658)
Publicidade e propaganda	(87.543)	(33.219)
Aluguéis e seguros	(1.084.722)	(875.971)
Provisões / Reversões	(204.955)	(223.144)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(126.801)	(145.525)
Tributos e outras despesas	(290.017)	(417.710)
Outras receitas operacionais, líquidas	(9.996)	
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>	<b>348.099</b>	<b>755.105</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		
Receitas financeiras	183.723	297.907
Despesas financeiras	(2.089.578)	(1.568.048)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>(1.557.756)</b>	<b>(515.036)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(110.450)	139.624
<b>PREJUÍZO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>(1.668.206)</b>	<b>(375.412)</b>

**Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico**

Nos períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	31/03/2016	31/03/2015
<b>Receita de vendas e/ou serviços</b>		
Receitas relativas ao segmento reportado	6.538.539	6.840.780
Receitas relativas a outros negócios	216.572	199.155
<b>Receita de vendas e/ou serviços consolidado</b>	<b>6.755.111</b>	<b>7.039.935</b>

Nos períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	31/03/2016	31/03/2015
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>		
Telecomunicações no Brasil	348.099	755.105
Outros negócios	44.420	37.766
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado</b>	<b>392.519</b>	<b>792.871</b>

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de março de 2016, são como segue:

	31/03/2016				Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Brasil	80.285.412	74.257.929	25.494.714	3.185.367	928.707
Outros, principalmente África	7.220.288	596.648	443.654	860.097	48.518

## 25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	31/03/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>		
<b>Títulos de emissão de partes relacionadas (“Senior Notes”)</b>	<b>1.902</b>	<b>3.667</b>
Oi Holanda	1.902	3.667
<b>Contas a receber</b>	<b>408.125</b>	<b>1.070.416</b>
BrT Call Center	34.229	40.156
Oi Internet	66.039	22.487
BrT Multimídia	43.112	41.079
Oi Móvel	71.211	782.985
TMAR	193.534	183.709
<b>Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)</b>	<b>1.933.756</b>	<b>3.353.617</b>
TMAR	1.258.408	2.086.734
Oi Móvel	2.039	1.077.813

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PT Participações	673.309	189.070
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber</b>	<b>891.270</b>	<b>891.270</b>
TMAR	848.041	848.041
Rio Alto	28.251	28.251
Oi Serviços Financeiros	14.978	14.978
<b>Outros</b>	<b>435.415</b>	<b>342.041</b>
TMAR	42.082	38.540
BrT Call Center	42.945	36.650
BrT Multimídia	13.020	10.051
Oi Móvel	327.296	246.689
Oi Holanda	10.068	10.068
Dommo	4	43

	CONTROLADORA	
	31/03/2016	31/12/2015
<b>Passivo</b>		
<b>Fornecedores</b>	<b>548.765</b>	<b>489.081</b>
BrT Call Center	52.916	100.364
Oi Internet	297.680	131.257
BrT Multimídia	105.085	146.559
Oi Móvel	17.896	34.864
TMAR	57.821	59.507
Paggo Administradora	17.367	16.530
<b>Empréstimos e financiamentos e debêntures (i)</b>	<b>21.665.657</b>	<b>13.035.521</b>
TMAR	971.210	939.723
Oi Móvel	4.241.784	1.052
Oi Holanda	16.452.558	12.093.929
Oi Internet	105	817
<b>Demais obrigações</b>	<b>95.111</b>	<b>2.339.498</b>
BrT Call Center	411	411
Oi Internet	24.362	25.130
BrT Multimídia	49.601	42.396

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Oi Móvel	16.290	18.311
TMAR	897	124.500
PTIF		2.125.200
PT Investimentos	3.550	3.550

(i) A Companhia contrata mútuos e debêntures com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas.

	CONTROLADORA	
	31/03/2016	31/03/2015
<b>Receitas</b>		
<b>Receita dos serviços prestados</b>	<b>103.345</b>	<b>129.437</b>
BrTI		208
Oi Internet	2.330	1.527
BrT Multimídia	1.621	3.072
Oi Móvel	78.631	98.570
TMAR	20.763	23.050
Telemar Internet		260
PT Portugal		2.750
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>9.484</b>	<b>11.976</b>
BrT Call Center		2.215
BrT Multimídia	78	330
Oi Móvel	9.386	9.401
TMAR	20	30
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.396.334</b>	<b>61.600</b>
BrT Call Center		3.651
Oi Móvel	25.972	10.488
Oi Holanda	1.293.989	
TMAR	72.277	27.835
PT Participações	4.096	
PTIF		19.626

	CONTROLADORA	
	31/03/2016	31/03/2015
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(227.688)</b>	<b>(293.008)</b>
BrT Multimídia	(1.224)	(9.974)
Oi Móvel	(77.950)	(132.764)
TMAR	(16.234)	(17.128)
Paggo Administradora	(836)	(4.134)
BrT Call Center	(131.443)	(127.558)
Oi Internet	(1)	(321)
PT Portugal		(1.038)
PT Inovação e Sistemas		(91)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(283.257)</b>	<b>(83.520)</b>
Oi Móvel	(43.297)	(12.184)
TMAR	(31.971)	(25.591)
Oi Holanda	(136.305)	(38.144)
Oi Internet	(14)	(5.767)
Telemar Internet		(1.834)
PT Portugal	(71.670)	

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Linhas de créditos**

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2015 – 115% do CDI).

**Aluguel de infraestrutura de transmissão**

As transações realizadas com a TMAR e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Telemar Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas.

**Garantias**

A Companhia é avalista das controladas TMAR e Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos. A Companhia registrou no período findo em 31 de março de 2016, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 12.583 (31/03/2015 - R\$ 17.738). Adicionalmente, foram concedidos avais pela TMAR à Companhia ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No período findo em 31 de março de 2016, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 92 (31/03/2015 – R\$ 53).

**Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Contas a receber e outros ativos</b>			<b>4.761</b>	<b>4.916</b>
Outras entidades			4.761	4.916

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
<b>Contas a pagar e outros passivos</b>	<b>808</b>		<b>41.911</b>	<b>53.246</b>
Hispamar	808		39.091	52.425
Outras entidades			2.820	821

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
<b>Receita</b>				
<b>Receita dos serviços prestados</b>			<b>24</b>	<b>7.698</b>
Contax (i)				7.552

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

TODO				131
Outras entidades			24	15

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
<b>Custos/Despesas</b>				
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(808)</b>	<b>(5.060)</b>	<b>(70.427)</b>	<b>(9.758)</b>
Veotex		(467)		(2.423)
TODO		(4.593)		(7.335)
Hispamar	(808)		(62.021)	
Outras entidades			(8.406)	

(i) Com os eventos da incorporação da controladora TmarPart (Nota 1) e da dispersão do direito de voto, a Contax passou a não ser apresentada como parte relacionada da Companhia, de acordo com os requerimentos do CPC 5.

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no normal decurso da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

**Remuneração do pessoal chave da Administração**

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 10.865 (31/03/2015 – R\$ 5.974) na controladora e R\$ 10.891 (31/03/2015 – R\$ 6.026) no consolidado.

**26. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA**

**Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice**

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia e a Altice celebraram o contrato de compra e venda da integralidade das ações da PT Portugal à Altice, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da Pharol aprovaram que a Oi alienasse a integralidade das ações da PT Portugal à Altice, nos termos e condições do contrato de compra e venda de ações. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada.

No dia 2 de junho de 2015, foi efetivada a alienação pela Oi à Altice da integralidade da participação societária detida pela Oi na PT Portugal. Pela aquisição da PT Portugal, a Altice desembolsou o valor total de 5.789 milhões de Euros, dos quais 4.920 milhões de Euros foram recebidos, em caixa, pela Oi e pela PTIF e 869 milhões de Euros foram destinados a imediatamente quitar dívidas da PT Portugal em Euros. Existe ainda a previsão de um pagamento diferido (“*earn-out*”) de 500 milhões de Euros relacionado à geração futura de receita da PT Portugal, bem como a Oi deu ao comprador um conjunto de garantias e representações usuais neste tipo de contratos.

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel**

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel, representativa de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi irá liderar o processo de venda, não obstante acredite ser no melhor interesse de ambos os acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda seja realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco, uma coligada da Helios Investors L.P., que detém os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi está empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

Não obstante o disposto acima, a nossa subsidiária indireta Africatel GmbH & Co. KG, detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel, recebeu, no dia 16 de setembro de 2014, uma correspondência da Samba Luxco, por meio da qual esta exerceu um suposto direito de venda das ações por ela detidas na Africatel (“Put”), segundo o acordo de acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas indiretamente pela Pharol, para a Companhia em integralização do aumento de capital concluído em maio de 2014. Nessa correspondência, a Samba Luxco alega estar exercendo o suposto direito e, por conseguinte, exige que a Africatel GmbH adquira as suas ações da Africatel.

A Companhia julga que não houve qualquer ato ou fato que, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, dê lugar ao exercício da Put. Nesse sentido, sem prejuízo do valor que a Companhia deposita na manutenção de uma relação de respeito mútuo com a Samba Luxco, a Africatel GmbH pretende disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco nas atuais circunstâncias, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, o que foi devidamente informado em resposta da Africatel GmbH à carta da Samba Luxco, no dia 26 de setembro de 2014.

Assim, no dia 12 de novembro de 2014, o Tribunal Arbitral Internacional da Câmara Internacional de Comércio notificou a Africatel GmbH de que a Samba Luxco havia iniciado um processo de arbitragem contra a Africatel GmbH para aplicar o pretense direito de venda ou, em alternativa, certos direitos e demandas. A Africatel GmbH apresentou a sua resposta ao pedido da Samba Luxco para arbitragem em 15 de dezembro de 2014. O tribunal arbitral foi instalado no dia 12 de março de 2015 e a Africatel GmbH apresentou sua defesa no dia 9 de outubro de 2015. A Companhia pretende defender decisivamente a Africatel GmbH neste processo.

Em paralelo, a Oi pretende focar seus esforços na venda da Africatel e/ou de seus ativos e acredita que, caso este objetivo seja alcançado de maneira bem sucedida, a arbitragem já iniciada perderá seu objeto.

No que diz respeito à participação indireta da Africatel na Unitel, por meio de sua subsidiária PT Ventures, cumpre ressaltar que, em 13 de outubro de 2015, a PT Ventures deu início a um processo arbitral em face dos demais acionistas da Unitel, em virtude da violação, por estes, de diversas regras do Acordo de Acionistas da Unitel e da legislação angolana, incluindo o fato de tais acionistas terem levado a Unitel a não efetuar o pagamento dos dividendos devidos à PT Ventures e a reter informações

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e esclarecimentos sobre tal pagamento. Além disso, em 20 de outubro de 2015, a PT Ventures ajuizou ação declarativa de condenação em face da Unitel, junto a um Tribunal Angolano, para reconhecimento do direito da PT Ventures ao recebimento aos valores em aberto dos dividendos declarados em 2010, bem como aos dividendos referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Os outros acionistas da Unitel afirmaram à PT Ventures que entendem que a venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco em 2007 constituiu uma violação do acordo de acionistas da Unitel. A PT Ventures contesta essa interpretação das disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel e entende que tais disposições se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures. Até a data deste relatório, a Companhia não tinha sido notificada de qualquer processo em andamento em relação à venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco.

O grupo de ativos e de passivos das operações em África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas.

As operações na África são consolidadas na demonstração do resultado desde 5 de maio de 2014.

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das operações na África, estão demonstrados abaixo:

	Operações na África	
	31/03/2016	31/12/2015
<b>Ativos mantidos para venda</b>	<b>7.220.288</b>	<b>7.686.298</b>
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	290.064	214.413
Contas a receber	108.337	217.992
Dividendos a receber (i)	1.839.793	2.042.191
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	3.381.902	3.541.314
Outros ativos	243.102	230.318
Investimentos	44.593	61.425
Imobilizado	443.654	466.049
Intangível	313.147	356.900
Ágio (“goodwill”) (iii)	555.696	555.696
<b>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</b>	<b>596.648</b>	<b>745.000</b>
Empréstimos e financiamentos	14.928	9.557
Fornecedores	16.763	85.730
Provisões para planos de pensão	797	923
Outros passivos	564.160	648.790

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Participação de não controladores (*)	1.133.472	1.190.547
<b>Total dos ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda - Consolidado</b>	<b>5.490.168</b>	<b>5.750.751</b>
Eliminações intragrupo	(303.933)	(295.489)
<b>Total de ativos mantidos para venda – Controladora</b>	<b>5.186.235</b>	<b>5.455.262</b>
Investimentos na África	5.186.235	5.455.262

(\*) Representado principalmente pela participação de 25% da Samba Luxco no capital social da Africatel Holdings, BV e, conseqüentemente, nos seus ativos líquidos.

- (i) Refere-se a dividendos a receber da Unitel. Em 2015, a Companhia registrou os dividendos ainda não recebidos com base no valor esperado de recuperação, tendo nessa avaliação considerado a existência de processos judiciais para cobrança desses valores, a expectativa de decisão favorável desses processos, bem como a existência de caixa na Unitel para pagamento dos mesmos. Os dividendos não pagos pela Unitel à PT Ventures são relativos aos exercícios fiscais de 2010, 2011, 2012 e 2013 no total de US\$ 661 milhões;
- (ii) Refere-se, principalmente, ao valor justo do investimento financeiro de participação indireta de 25% do capital social da Unitel e classificado como mantido para venda. O valor justo deste investimento na data da aquisição foi estimado com base na avaliação efetuada pelo Banco Santander (Brasil), o qual recorreu a diversas estimativas e pressupostos, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de quatro anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de taxas de desconto adequadas. A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo, bem como considera nessa avaliação eventuais impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios em 2015. Em 31 de março de 2016 e no âmbito da atualização das premissas acima mencionadas, o valor justo do investimento na Unitel era de R\$ 3.382 milhões (31/12/2015 – R\$ 3.436 milhões), líquido de provisão para perda em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 de R\$ 2.208 milhões. A Companhia entende que o valor justo calculado pelo método de Fluxo de Caixa Descontado e utilizando premissas de taxa de desconto (entre 15,5% e 17,5%), taxas cambiais e outros indicadores financeiros oficiais de Angola, corresponde à melhor estimativa quanto ao valor de realização do investimento na Unitel.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia realizou o teste anual de “*impairment*” nos seus ativos relativos as operações na África, tendo apurado uma perda no ágio no montante de R\$ 89.176.

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 27. OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Títulos da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, através de comunicado divulgado pela Pharol, da aplicação de recursos da Portugal Telecom International Finance BV (“PTIF”) e da PT Portugal, sociedades contribuídas pela Pharol à Oi no aumento de capital de abril de 2014, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela Pharol.

De acordo com o referido comunicado, os Títulos haviam sido emitidos no valor total de 897 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,6% e vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de Euros, respectivamente), sendo que, desde 28 de abril de 2014, não haviam sido realizadas quaisquer aplicações e/ou renovações desse tipo de investimentos.

Tanto a PT Portugal como a PTIF (em conjunto, “Subsidiárias da Oi”) se tornaram controladas da Companhia em razão da conferência da totalidade das ações de emissão da PT Portugal à Companhia, por parte da Pharol, em virtude da integralização, em 5 de maio de 2014, do aumento de capital da Companhia aprovado em 28 e 30 de abril de 2014.

Em julho de 2014, ocorreu o vencimento dos Títulos e, posteriormente, o encerramento do período de cura para pagamento dos Títulos, sem que a Rio Forte tenha pagado o valor devido. Em 17 de outubro de 2014, a Rio Forte teve seu pedido de gestão controlada rejeitado pelo Tribunal do Comércio de Luxemburgo, tendo sua falência sido declarada em 8 de dezembro de 2014.

### **Acordos celebrados entre a Companhia, TmarPart e a Pharol relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte**

Em 8 de setembro de 2014, após a obtenção das devidas aprovações societárias, a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a Pharol celebraram os contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os contratos previam (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transfeririam os Títulos à Pharol em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Pharol, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da Pharol (“Opção”).

Em 26 de março de 2015, a fim de cumprir as condições apresentadas pelo Colegiado da CVM para a concessão das dispensas necessárias à implementação das operações de Permuta e Opção, conforme decisão proferida em 4 de março de 2015, foi realizada Assembleia Geral da Companhia, na qual restaram aprovados os termos e condições dos contratos de Permuta e de Opção.

No dia 31 de março de 2015, a Companhia anunciou, através de Fato Relevante, a consumação da Permuta, pela qual a Pharol entregou à PTIF ações livres de emissão da Oi correspondentes a

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

47.434.872 OIBR3 e 94.869.744 OIBR4 (“Ações Permutadas”); e a Oi, em contrapartida, por meio da PTIF, entregou os Títulos à Pharol, no valor total principal de € 897 milhões, sem torna.

Com a implementação da Permuta, a Pharol passou a ser a titular dos Títulos e a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas decisões relacionadas aos Títulos, cabendo à Companhia somente prestar o suporte documental à Pharol para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos.

Como resultado da consumação da Permuta, a participação direta da Pharol na Oi passou de 104.580.393 ações ordinárias e 172.025.273 ações preferenciais, representativas de 37,66% do capital votante (ex-tesouraria) e 32,82% do capital social total da Oi (ex-tesouraria) para 57.145.521 ações ordinárias e 77.155.529 ações preferenciais, representativas de 24,81% do capital votante (ex-tesouraria) e 19,17% do capital social total da Oi (ex-tesouraria). As ações da Oi recebidas pela PTIF como resultado da Permuta permanecerão mantidas em tesouraria.

**Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Opção”)**

Nos termos do Contrato de Opção celebrado em 8 de setembro de 2014 entre a Pharol, a PTIF, a PT Portugal, a Oi e a TmarPart e aditado em 31 de março de 2015, a opção de compra para aquisição de ações da Oi outorgada à Pharol se tornou exercível com a consumação da Permuta, a partir de 31 de março de 2015, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos.

Nos termos do Contrato de Opção, a Opção envolverá 47.434.872 ações ordinárias e 94.869.744 ações preferenciais de emissão da Oi (“Ações Objeto da Opção”) e poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Prazo: 6 (seis) anos, observado que o direito da Pharol de exercer a Opção sobre as Ações Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

<u>Data de Redução</u>	<u>% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção</u>
A partir do dia 31.03.2016	10%
A partir do dia 31.03.2017	18%
A partir do dia 31.03.2018	18%
A partir do dia 31.03.2019	18%
A partir do dia 31.03.2020	18%
A partir do dia 31.03.2021	18%

(ii) Preço de Exercício: R\$ 1,8529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Companhia, antes do grupamento de ações aprovado em 18 de novembro de 2014, corrigidos pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% a.a., calculada “*pro rata temporis*”, desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção.

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Até 31 de março de 2016, a Pharol não havia exercido a Opção, no todo ou em parte, sobre as Ações Objeto da Opção. Dessa forma, a partir dessa data, deixaram de estar sujeitas à Opção 4.743.487 ações ordinárias e 9.486.974 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalente a 10% das Ações Objeto da Opção.

A Oi não está obrigada a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PTIF e/ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à Pharol, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações.

Enquanto vigorar a Opção, a Pharol não poderá comprar ações de emissão da Oi, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A Pharol não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a Pharol emita, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou referenciados em ações de emissão da Oi, deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção.

A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da Pharol para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da Pharol; (ii) a Pharol passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que estas atuem; (iii) a Pharol viole determinadas obrigações contraídas pelo Contrato de Opção.

Em 31 de março de 2015, o Contrato de Opção foi aditado para prever (i) a possibilidade de a Pharol ceder ou transferir a Opção, independentemente de consentimento prévio da Oi, desde que tal cessão ou transferência abranja no mínimo  $\frac{1}{4}$  das Ações Objeto da Opção, podendo a Pharol utilizar livremente os recursos decorrentes de tais operações, (ii) a possibilidade de a Pharol, mediante o prévio e expresso consentimento da Oi, criar ou outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção ou, ainda, outorgar garantias sobre a Opção, e (iii) a concessão de direito de preferência à Oi para a aquisição da Opção, caso a Pharol deseje vender, ceder, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, transmitir ou, de qualquer forma, alienar ou dispor da Opção.

O referido aditamento foi firmado sob condição suspensiva e só teria eficácia e passaria a produzir efeitos após ter sido obtida autorização da CVM para a efetivação da alteração do Contrato de Opção. Entretanto, em reunião realizada no dia 16 de dezembro de 2015, o Colegiado da CVM decidiu indeferir integralmente o pedido formulado pela Companhia para a dispensa dos requisitos das Instruções CVM n<sup>os</sup> 10/1980 e 390/2003 para a alteração do Contrato de Opção.

Tais Instruções determinam que a aquisição e alienação de ações de uma companhia aberta deverão ser realizadas em bolsa e que as operações com opções de compra de ações de uma companhia aberta sejam realizadas nos mercados em que as ações da companhia são negociadas, sendo vedadas as operações privadas. A dispensa de tais requisitos possibilitaria a aplicação das disposições do aditivo ao Contrato de Opção relativas (i) à possibilidade de transferência da Opção, de forma privada, da

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pharol para a Oi; (ii) à atribuição de direito de preferência à Oi para adquirir a Opção; e (iii) à possibilidade de realização do pagamento do preço de aquisição da Opção em ações de emissão da própria Oi, no caso de exercício do direito de preferência.

Em 31 de março de 2016, a Opção apresentava um valor justo estimado de R\$ 1,6 milhão calculados pela Companhia com base no modelo de “*Black-Scholes*” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

**b) Consolidação do setor de telecomunicações no mercado brasileiro**

No dia 26 de agosto de 2014, a Oi assinou contrato com o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) para atuar como comissário a fim de desenvolver alternativas viáveis de estruturas que viabilizem a participação na consolidação do setor de telecomunicações no mercado brasileiro.

Como já informado ao mercado, o BTG Pactual manteve conversas com terceiros com relação a uma possível operação, sendo o contato com outros participantes de mercado que possam ter interesse na operação um dos papéis do BTG Pactual na qualidade de comissário da Companhia para a operação.

Em 23 de outubro de 2015, a Companhia recebeu uma carta da LetterOne Technology (UK) LLP, sociedade integrante do grupo de investimentos LetterOne (“L1 Technology”), contendo proposta de exclusividade para potencial transação com o fim específico de possibilitar uma consolidação do setor de telecomunicações no mercado brasileiro envolvendo uma potencial combinação de negócios com a TIM Participações S.A. (“TIM Participações”). De acordo com a proposta, a L1 Technology estaria disposta a realizar um aporte de até US\$ 4,0 bilhões na Companhia, condicionada à operação de consolidação.

Após a avaliação da proposta, a Companhia enviou contraproposta à L1 Technology em 28 de outubro de 2015, pela qual a Oi e a L1 Technology conceder-se-iam mutuamente um direito de exclusividade, por um período de sete meses contados de 23 de outubro de 2015, com relação a, especialmente, combinações de negócios envolvendo companhias de telecomunicações ou ativos de telecomunicações no Brasil. Considerando a aceitação da L1 Technology aos termos da contraproposta, a Oi e a L1 Technology passaram a estar vinculadas pela exclusividade pelo prazo de sete meses contados de 23 de outubro de 2015.

Em 25 de fevereiro de 2016, a Oi divulgou Fato Relevante no qual informou ter sido comunicada pela L1 Technology que esta divulgou um comunicado afirmando que foi informada pela TIM que esta não tem interesse em aprofundar negociações a respeito da possibilidade de uma combinação de negócios com a Companhia no Brasil. A L1 Technology informou que, sem a participação da TIM, não pode proceder com a operação da forma anteriormente prevista. Diante desta informação, a Oi avaliará os impactos deste anúncio para as possibilidades de consolidação no mercado brasileiro.

**c) Norma de listagem da Bolsa de Valores de Nova Iorque - NYSE**

Em setembro de 2015, a Companhia foi notificada pela NYSE de que não estava em conformidade com a norma de listagem contínua que exige que o preço médio de fechamento de valores mobiliários

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

listados de uma empresa não seja inferior a US\$ 1,00 por ação para qualquer período consecutivo de 30 dias de negociação.

Em 22 de janeiro de 2016, a fim de voltar a cumprir o requisito de preço mínimo de ação estabelecido pela NYSE, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado anunciando a alteração na proporção do Programa de “*Depositary Receipts*”, Nível II, Patrocinado, de Ações Ordinárias de emissão da Companhia (“DR Ordinário”), de modo que cada DR Ordinário, que antes representava 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia, passou a representar 5 (cinco) ações ordinárias a partir de 1 de fevereiro de 2016.

## **28. EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **a) Assembleia geral de debenturistas da 5ª e da 9ª emissão de debêntures da Companhia**

No dia 15 de abril de 2016, foram realizadas assembleias gerais de debenturistas da: (i) 5ª Emissão Pública de Debêntures Quirografárias e Não Conversíveis em Ações (“5ª Emissão”); e (ii) 9ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública (“9ª Emissão” e, em conjunto com a 5ª Emissão, as “Debêntures”), ambas emitidas pela Companhia (“AGDs”, ou individualmente “AGD da 5ª emissão” e “AGD da 9ª Emissão”).

Diferentemente da 8ª e da 10ª emissões de debêntures, nas quais a Companhia obteve a suspensão temporária da apuração do indicador financeiro de alavancagem, nas Debêntures tal flexibilização não foi obtida. Tendo em vista que tal indicador financeiro das Debêntures não foi cumprido, os respectivos agentes fiduciários convocaram as AGDs.

Com relação à 5ª Emissão, não foi atingido o quórum mínimo de instalação da AGD da 5ª Emissão e o agente fiduciário da 5ª Emissão publicou no dia 19 de abril de 2016 uma segunda convocação para o dia 27 de abril de 2016 da referida assembleia na qual igualmente não houve quórum de instalação. Em acordo com a escritura da emissão o agente fiduciário decretou o vencimento das debêntures em circulação cujo valor total pago foi de R\$ 1.519.961,56.

Com relação à 9ª Emissão, o agente fiduciário decretou o vencimento dessas debêntures em circulação nos termos da Cláusula 6.23 da escritura da 9ª Emissão, cujo valor total pago no dia 20 de abril de 2016 foi de R\$ 21.518.990,58.

---

01131-2 Oi S.A.

76.535.764/0001-43

---

**NOTAS EXPLICATIVAS**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A declaração de vencimento das Debêntures não acarretou, nem acarretará no vencimento de demais dívidas financeiras da Companhia, tanto nacionais quanto internacionais (“*cross-default*”).

**b) Ausência de entrega das Demonstrações Financeiras de 2014 de subsidiária**

Em 29 de abril de 2016, a Oi e a sua subsidiária Portugal Telecom International Finance B.V. (“PTIF”) foram notificadas pelo “*Citicorp Trustee Company Limited*”, na qualidade de agente fiduciário de titulares de determinados “*bonds*” de emissão da PTIF (“*Trustee*”), informando a ausência de entrega pela PTIF das suas demonstrações financeiras auditadas relacionadas ao exercício de 2014 e requerendo a entrega de tais demonstrações financeiras. A PTIF preparou e protocolou junto à Câmara de Comércio holandesa demonstrações financeiras não auditadas do exercício de 2014, e continua trabalhando com seus auditores independentes com o objetivo de concluir as suas demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício de 2014 no menor prazo possível.

# Oi S.A. e sociedades controladas

## Anexo - Demonstração do valor adicionado Períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
<b>Receitas</b>				
Vendas de serviços e mercadorias	3.452.292	3.465.768	11.636.652	11.159.426
Descontos incondicionais e devoluções	(1.505.889)	(1.376.742)	(2.886.750)	(2.008.182)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.570)	(33.524)	(127.574)	(169.276)
Outras receitas	161.594	53.066	356.316	177.977
	<u>2.095.427</u>	<u>2.108.568</u>	<u>8.978.644</u>	<u>9.159.945</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custos com interconexão	(214.818)	(237.932)	(357.631)	(505.803)
Materiais e energia	(95.920)	(66.612)	(331.000)	(311.204)
Custos de mercadorias vendidas			(83.694)	(171.044)
Serviços de terceiros	(512.036)	(518.503)	(2.130.835)	(2.117.094)
Outros	(14.506)	(17.911)	(219.461)	(216.181)
	<u>(837.280)</u>	<u>(840.958)</u>	<u>(3.122.621)</u>	<u>(3.321.326)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	1.258.147	1.267.610	5.856.023	5.838.619
<b>Retenções</b>				
Depreciação e amortização	(278.264)	(228.417)	(1.373.180)	(1.218.388)
Provisões (Inclui atualização monetária)	(140.513)	(123.223)	(341.645)	(275.720)
Resultado de operações descontinuadas		(32.445)		(32.445)
Outras despesas	(62.220)	(62.496)	(162.315)	(72.280)
	<u>(480.997)</u>	<u>(446.581)</u>	<u>(1.877.140)</u>	<u>(1.598.833)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	777.150	821.029	3.978.883	4.239.786
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Equivalência patrimonial	(269.794)	110.852	(347)	432
Receitas financeiras	1.279.133	181.371	278.088	306.921
	<u>1.009.339</u>	<u>292.223</u>	<u>277.741</u>	<u>307.353</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	1.786.489	1.113.252	4.256.624	4.547.139
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal</b>				
Remuneração direta	(31.530)	(89.343)	(424.399)	(394.411)
Benefícios	(19.206)	(24.568)	(122.990)	(110.651)
FGTS	(6.874)	(6.883)	(40.499)	(31.295)
Outros	(2.281)	(2.690)	(17.979)	(14.684)
	<u>(59.891)</u>	<u>(123.484)</u>	<u>(605.867)</u>	<u>(551.041)</u>
<b>Impostos e taxas</b>				
Federais	91.790	170.185	(443.785)	(340.564)
Estaduais	(364.788)	(400.267)	(1.594.497)	(1.645.549)
Municipais	(3.759)	(4.145)	(40.677)	(38.557)
	<u>(276.757)</u>	<u>(234.227)</u>	<u>(2.078.959)</u>	<u>(2.024.670)</u>

## Oi S.A. e sociedades controladas

### Anexo - Demonstração do valor adicionado Períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

(continuação)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>				
Juros e demais encargos financeiros	(2.947.702)	(1.052.611)	(2.119.136)	(1.531.534)
Aluguéis, arrendamentos e seguros	<u>(170.745)</u>	<u>(104.247)</u>	<u>(1.096.814)</u>	<u>(886.435)</u>
	<u>(3.118.447)</u>	<u>(1.156.858)</u>	<u>(3.215.950)</u>	<u>(2.417.969)</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>				
Participações de acionistas não controladores			(24.454)	45.224
Prejuízos retidos	<u>1.668.606</u>	<u>401.317</u>	<u>1.668.606</u>	<u>401.317</u>
	<u>1.668.606</u>	<u>401.317</u>	<u>1.644.152</u>	<u>446.541</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>(1.786.489)</u>	<u>(1.113.252)</u>	<u>(4.256.624)</u>	<u>(4.547.139)</u>